

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**O DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DA
GRAMÁTICA: A EMERGÊNCIA DO SUJEITO
CONTRADITÓRIO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Scheila Patrícia de Borba Curry

Santa Maria, RS, Brasil

2009

O DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DA GRAMÁTICA: A EMERGÊNCIA DO SUJEITO CONTRADITÓRIO

Por

Scheila Patrícia de Borba Curry

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2009

Agradecimentos

A Deus, por me erguer e fortalecer nas horas que eu pensava não mais conseguir...

Ao meu irmão Diego, pela amizade, paciência e presença tão necessária.

A minha mãe e minha irmã, por apoiarem minhas escolhas.

À professora Verli Petri, pela orientação, pelas discussões, pela dedicação, pelas excelentes leituras e pelo incentivo durante o curso de Mestrado.

Às amigas: Égide, por nossas conversas; à Larissa, Marluza e Márcia pelas leituras que contribuíram muito para o enriquecimento do trabalho.

A todas as colegas que ingressaram comigo no Pós-Graduação, pelas trocas e discussões.

Às professoras Gesualda Rasia, Graziela Lucci de Ângelo, Amanda Eloína Scherer e Eliana Sturza, pelas contribuições durante o curso de Mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pela oportunidade de ter desenvolvido esse trabalho.

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Letras

Universidade Federal de Santa Maria

O DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DA GRAMÁTICA:

A EMERGÊNCIA DO SUJEITO CONTRADITÓRIO

AUTORA: SCHEILA PATRÍCIA DE BORBA CURRY

ORIENTADORA: VERLI FATIMA PETRI DA SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 26 de março de 2009.

Nosso trabalho de Mestrado objetiva investigar como se constrói, se institui e funciona a posição-sujeito no discurso de *Apresentação* da gramática. Para tal estudo, nos filiamos ao aporte teórico da Análise de Discurso Francesa, na qual o sujeito se constitui pela heterogeneidade discursiva, pela interpelação ideológica que o movimenta da categoria de sujeito para as diferentes tomadas de posição de sujeito do dizer e do discurso. Dentre as posições-sujeito identificadas, estão: posição-sujeito de cientista, de professor e de gramático, bem como identificamos funcionamentos específicos do silêncio (posição-sujeito falante) e da diluição (posição-sujeito político e produtor da NGBA. Assim, as análises demonstram que a posição-sujeito falante, ao movimentar dizeres dispersores de sentido, é silenciada pela unidade trazida com a exatidão da norma, da mesma forma que a posição-sujeito político e produtor da NGB se dilui em todas as outras, é presença, mas não se marca lingüístico e discursivamente. Para tal estudo, delimitamos como *corpus* de análise as seções “No limiar” e “Profissão de fé”, presentes na *Apresentação da Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique de Rocha Lima, publicada em 1991. Em nosso *corpus*, buscamos olhar, nessas seções, além do funcionamento das posições de sujeito, também, que relações mantêm entre si. A partir da relação da posição-sujeito com a materialidade lingüística que (o) fundamenta, acontece sua relação com a língua, com a história, com o simbólico, o que norteia as relações de significação, filiando o sujeito a ‘este’ e não a “aquele” sentido (Orlandi, 2003). A partir disso, buscamos compreender como se constrói discursivamente esse espaço que “desliza” de uma posição para outra, pois é nesse espaço que se anuncia a gramática e se enuncia o sujeito produtor da gramática.

Palavras-chave: posição-sujeito; língua; gramática; imaginário.

ABSTRACT

Master's Dissertation

Postgraduate Program in Languages

Universidade Federal de Santa Maria

THE DISCOURSE OF THE GRAMMAR PRESENTATION: THE EMERGENCE OF THE CONTRADICTION SUBJECT

AUTHOR: SCHEILA PATRÍCIA DE BORBA CURRY

ADVISOR: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Place and date of defense: Santa Maria, March, 2008.

Our Post-Graduation study in Languages aims to investigate how the position subject speaker is built, how it is established and how it works in the discourse of *Presentation* in grammar. Therefore, we based our study on French Discourse Analysis in which the subject is constituted by a discursive heterogeneity, by an ideological interpellation which moves it from a subject category to different positions of subject of saying and of discourse. Among the positions subject identified there are the positions of: scientist, teacher/professor and grammarian as well as we identified specific functionings of silence (subject speaker position) and of dilution (subject politician subject and producer of Brazilian Grammar Rules - BGR). In fact, the analysis show that the position subject speaker is silenced by the unity brought by the rightness of the norm in his/her speech the same way the positions subject politician and producer of BGR dissolves itself in all the others – it is a presence but it does not mark itself linguistically nor discursively. In this study, we delimited as our *corpus* the sections *No limiar* and *Profissão de fé* from the *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, by Carlos Henrique de Rocha Lima, published in 1991. In our *corpus* we looked at the functioning of subject positions as well as at which relationships they maintain with each other. From the relationship of the position subject with the linguistic materiality on which it is based, its relation with the language, the history and the symbolic occurs, what guides the relations of signification, affiliating the subject to “this” and not to “that” sense (Orlandi, 2003). From this, we look for an understanding on how this space, which “slips” from a position to another, is discursively built, because this is the space where grammar and the subject who builds grammar enunciate.

Keywords: position subject; language, grammar, imaginary.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – No Limiar [da 15ª edição, refundida].....	93
ANEXO B – Profissão de fé [À guisa de prefácio desta edição]	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
-------------------------	-----------

PARTE I

1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO NA ANÁLISE DE DISCURSO	15
--	-----------

1.1 As relações entre sujeito e discurso.....	24
---	----

1.1.1 Sobre as condições de produção do discurso	27
--	----

1.2 A constituição do sujeito em relação às formações imaginárias.....	30
--	----

1.2.1 Primeiras investidas em direção ao sujeito da gramática.....	32
--	----

1.2.2 Sobre o funcionamento das formações imaginárias e a constituição das condições de produção	37
--	----

1.2.3 Sobre o silêncio nas tomadas de posição-sujeito.....	46
--	----

PARTE II

2 A GRAMÁTICA: INSTRUMENTO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL.....	49
--	-----------

2.1 NGB: instauração e determinação do sentido.....	51
---	----

2.1.2 A circulação da gramática	53
---------------------------------------	----

2.2 A consolidação e funcionamento da língua.....	56
---	----

2.2.1 Os movimentos da/na língua e sua apreensão na gramática.....	57
--	----

2.2.2 A produção de gramáticas brasileiras.....	61
---	----

PARTE III

3 DISPOSITIVO METODOLÓGICO: ESCOLHAS E REFLEXÕES.....	63
--	-----------

3.1 Por uma descrição do <i>corpus</i>	66
3.2 Preparando as análises.....	67
3.3 As análises	71
3.4 Para pensar as relações entre as posições-sujeito	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	90
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

Nos estudos da linguagem, compreendemos que o homem busca constituir sentidos sobre aquilo que vê, lê, fala, ouve, etc. Esta compreensão é própria à concepção discursivista, na qual a linguagem constitui o sujeito e o sentido pelo discurso. Desta perspectiva, considera-se que há um inconsciente que “corta” o sujeito, constituindo-o, dessa forma, pela multiplicidade (ou heterogeneidade) observável no momento em que enuncia. Além do atravessamento do inconsciente, o sujeito se constitui em relação à ideologia que o interpela constantemente. Compactuamos com Orlandi (2003, p. 32) quando a autora afirma que “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras”. Dessa maneira, percebemos que toda a forma de dizer é composta pela exterioridade, a qual, na língua, é tomada pelo sentido, o que acaba constituindo-se como parte dos sujeitos. Ao mesmo tempo, essa constituição sofre a intervenção de outros elementos que movimentam essa categoria sujeito do discurso para a posição-sujeito, a qual deixa marcas no discurso que nos revelam sua formação discursiva, determinante de seu modo de olhar e existir na língua. Por causa disso, interessa-nos olhar para o discurso procurando não somente as práticas sociais de linguagem, mas também o modo como o dizer significa.

Nós, enquanto sujeitos daquilo que formulamos, acreditamos, ainda que ilusoriamente, estar estabelecendo sentidos únicos. Há uma ilusão de início do sentido, o que gera o sentimento de “origem” do que é dito (PÊCHEUX, 1995). No entanto, nos estudos discursivos, a questão central é como “isso” significa, deslocando a noção de sujeito que não pode ser compreendido como fonte da produção do sentido. O sujeito, ao dizer, é tomado pelo trabalho do inconsciente, o qual atesta o descentramento. Essa divisão é constituída de outros discursos, que emergem pela historicidade e experiência em outros dizeres ou discursos anteriores, mas sempre presentes no processo de enunciação desse sujeito que é ideologicamente determinado.

A partir desse funcionamento, que atesta a determinação inconsciente do sujeito, procuramos, no presente texto de dissertação, trabalhar, como

ponto latente de nosso estudo, a noção de sujeito enquanto posição discursiva, através do estudo das posições-sujeito, as quais serão posteriormente apresentadas, no discurso de *Apresentação* da Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1991), de Henrique da Rocha Lima. Nessa seção, selecionamos dois espaços discursivos: “No liminar” e “Profissão de fé”.

Por o sujeito ser uma categoria analítica que transita e movimenta os sentidos imersos na exterioridade, compreendemos que é através dessa categoria que os efeitos de sentido aparecem. Para nos enveredarmos nessa discussão, nossas interrogações foram: como se dá a constituição do sujeito que produz/publica uma gramática da Língua Portuguesa, no Brasil, na segunda metade do século XX? Que elementos linguísticos nos revelam a presença das posições-sujeito no discurso de nosso *corpus*? Que relação há entre tais posições de sujeito? A partir dessas e algumas outras questões, construímos nosso texto no sentido compreender esse sujeito que permeia as escolhas linguístico-discursivas de nossas análises.

Propomo-nos, então, a observar a constituição de processos discursivos presentes no prefaciamento da gramática. Para isso, mobilizamos noções como a de posição-sujeito, de lugar social, de funcionamento da língua, de ideologia, de formações discursivas (FDs), de exterioridade, de memória, de imaginário, entre outras, que constituem sentidos no e pelo discurso. Essas categorias discursivas, ao nosso ver, regulam o discurso e servem de dispositivo de análise para que possamos refletir e compreender o funcionamento deste. Dentre elas, salientamos, mais uma vez, a importância da categoria de sujeito para nosso trabalho; ela é essencial para a investigação que agora apresentamos.

Assim como nos interessamos pela investigação, via tomadas de posição do sujeito, entendemos que é essencial refletirmos sobre a base linguística que sustenta o discurso de *Apresentação* gramatical de Rocha Lima. Sendo assim, nos propomos a trabalhar com textualidades confrontadas com a exterioridade que emerge através da língua, da materialidade linguística, em seu contato com a história na relação entre interlocutores. É por observarmos tal movimento no discurso que, nesta dissertação, analisamos as tomadas de posição-sujeito na gramática, não só como aquele sujeito que apresenta esse objeto discursivo, enquanto instrumento linguístico da maior relevância, mas

também como um falante da língua, como um gramático, como um professor de Língua, como um cientista, como um dos produtores da NGB. A partir de tais posições deflagradas no discurso, compreendemos que há uma relação de interferência de uma posição sobre a outra e até mesmo de dominância de uma delas sobre todas as outras. Podemos dizer de início que tal acontecimento é regido pelas relações e lugares sociais que tais posições ocupam, bem como pela lei mantenedora das relações políticas do Estado.

Considerando essa relação de forças, nos debruçamos sobre a gramática, enquanto resultado de trabalho de pesquisa e compilação de regras, mas que também se mostra como espaço de demarcação de lugares sociais, onde o sujeito do discurso gramatical, a partir das formações imaginárias que têm de si e da exterioridade, determina a relação com a língua. Para compreendermos melhor essa noção de “lugar social”, em termos de discurso gramatical, a qual observamos ser uma categoria que também constitui as posições-sujeito, nos valemos de Rasia (2004, p. 106) que, ancorada numa leitura de Pêcheux (1969), pontua que:

a ocupação de lugar de A e B (emissor e receptor) como sendo não de ordem física mas é regulada por formações imaginárias, ou seja, as imagens que os indivíduos têm de si e de seus interlocutores, bem como dos lugares sociais ocupados. Disso podemos concluir que o imaginário construído em torno de um determinado referente vai estar condicionado pelos diferentes lugares de inscrição dos sujeitos nas formas sociais.

Este estudo está pautado no aporte teórico/metodológico da Análise de Discurso de vertente Francesa, a partir do qual investigamos como se constroem, se instituem e funcionam as tomadas de posição-sujeito na gramática, buscando compreender as categorias analíticas que se sustentam na Análise de Discurso, tal como foi pensada por Michel Pêcheux e tal como vem sendo desenvolvida por Eni P. Orlandi e outros, no Brasil, da atualidade. Eleger esta teoria significa considerar que a análise de discurso “leva em conta o homem na sua história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem através da análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações de produção do dizer” (Orlandi, 2003, p. 15).

Assim, considerando o atravessamento da história, enquanto um dispositivo de (re)significação do dizer, identificamos as tomadas de posição em análise em nosso recorte de estudo, que é a seção de *Apresentação*, a qual está inserida dentro de uma textualidade maior denominada gramática. Este espaço de discursivização da língua é definido por Auroux (1992), como resultante da revolução tecnológica que instrumentaliza a língua, processo também denominado de gramatização. O autor afirma que “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (1992, p. 65). A gramática pode ser descrita, então, como um espaço de compilação de regras, que busca definir e nortear o conhecimento sobre a língua. Para Horta Nunes (1996, p. 139), a gramática é “um instrumento lingüístico”, o que nos leva a perceber, nessa materialidade, uma organização de dizeres que partem do estudo do som das letras, compreendido como fonema e encaminha-se até o estudo da sintaxe, que é a percepção da frase, enquanto unidade de sentido. Em meio a essa questão, o sujeito gramático vai pedagogizando regras que, em sua concepção, orientarão o estudo da língua. A partir dessa descrição, o que nos remete a ela, como já comentamos, é a *Apresentação*, onde se concentra um discurso sobre a língua, o qual abarca diferentes posições-sujeito que são fundamentais para nosso trabalho de dissertação. Nesse espaço, há um discurso constituído por várias vozes, que enunciam/anunciam as próprias posições assumidas pelo gramático, entre elas as de: gramático, falante da língua, estudioso da língua, professor de língua e produtor da NGB, como já foi mencionado.

Considerando a definição de nosso *corpus*, bem como a abordagem que daremos a ele, o presente trabalho está subdividido em quatro partes que se inter-relacionam. Na **Parte I**, faremos algumas considerações em relação ao sujeito, enquanto categoria teórica e analítica de discurso. Observamos, nesse momento, as relações do sujeito com o discurso, bem como procuramos compreender o trabalho das condições de produção que intervêm de diferentes modos nas tomadas de posição do sujeito.

Na **Parte II**, tratamos da constituição do sujeito em relação às formações imaginárias, estabelecendo as primeiras relações do sujeito com a textualidade

gramatical em análise. Nesse momento, emerge também o modo de funcionamento das formações imaginárias, regulando a constituição da discursividade.

Na **Parte III**, tratamos da gramática enquanto instrumento que institucionalizou a língua nacional, considerando que a NGB teve, nesse processo, um papel muito importante no sentido de organizar o discurso sobre a língua, prescrevendo as possíveis formas que uma gramática de Língua Portuguesa poderia ter no Brasil. Nesta parte, destaca-se o papel da História das Ideias Linguísticas na elucidação da relação das Condições de Produção e o momento histórico de formulação e publicação da NGB, bem como da gramática por nós selecionada. Também tratamos da circulação da gramática, observando como a compilação de regras sobre a língua passou a tomar espaço nos primeiros momentos de existência do instrumento linguístico gramatical em território nacional e como isso interfere em todo o processo de discursivização sobre a língua. A partir disso, é possível observar os movimentos de sentidos na língua, bem como o processo de produção da gramática, o que interfere diretamente na sua institucionalização. **Na última parte**, descrevemos a metodologia e apresentamos nossas análises.

Dessa forma, podemos considerar que, em função de nossa filiação teórica, bem como do *corpus* por nós selecionado, nos colocamos como analistas do discurso, na posição de linguistas, professores, falantes da língua, e muitos outros lugares sociais que nos permitem olhar para esse discurso gramatical e perceber como nele se articulam as posições-sujeito inscritas, bem como a relação de intervenção de uma sobre as outras. Através de um movimento teórico e analítico, podemos, então, entrar na história de produção desse conhecimento linguístico, denominado gramática, e tratar, discursivamente, a categoria posição-sujeito, enquanto posição no discurso.

PARTE I

1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO NA ANÁLISE DE DISCURSO

A noção de sujeito na Análise de Discurso (doravante AD) merece atenção no início deste trabalho para que se estabeleçam as devidas relações entre o dispositivo teórico, o dispositivo analítico e o *corpus* recortado. Nesse contexto, entendemos que o sujeito funciona como aquele que assume determinada posição no dizer para poder constituir-se. Ou seja, esse sujeito (do discurso) aloca-se em determinada posição, articulando, com isso, um imaginário sobre si e um para seu interlocutor, o que lhe permite tentar prever os sentidos produzidos no discurso. Dessa maneira, podemos entender que “na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições” (ORLANDI, 2003, p. 40), no sentido de que, a partir dos saberes mobilizados

pela história, os sujeitos passam a identificar-se com discursos específicos, regionalizando assim as posições que assumem.

Michel Pêcheux (1995), em sua obra **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, tematiza, no capítulo três, “a forma-sujeito” do discurso. O autor aponta que a forma-sujeito se constitui através do processo de interpelação do sujeito, ou seja, pelo processo de identificação deste com certas evidências, como o nome, as lembranças que todo o processo se efetiva (1995, p. 159). Essa identificação acontece pelo trabalho da ideologia sobre o sujeito, que o coloca na relação com saberes advindos da história. Com isso, se dá o processo de identificação do sujeito com sentidos, que o fazem significar na e pela língua com “este” ou “aquele” saber. Ou seja, “a ideologia é um ritual com falhas e (...), a língua não funciona fechada sobre si mesma: abre para o equívoco” (ORLANDI, 2002, p. 69), o que é observado, em nosso trabalho, a partir das posições-sujeito identificadas, as quais abrem uma discursividade acerca do lugar social que ocupam. Assim, conforme Pêcheux (1995), há “uma” relação do sujeito com os sentidos, ou seja, a partir de múltiplos atravessamentos de dizeres ideologicamente constituídos, o sujeito se identifica com um dizer específico e estabelece “uma” identificação com determinada formação discursiva, que o coloca em uma posição de existência “imposta pelas “relações sociais jurídico-ideológicas”. Apesar de existirem múltiplas possibilidades, o sujeito se “liga” a uma e, então, toma posição para produzir seu discurso, conforme ocorre nas posições já elencadas no decorrer do trabalho. Esse sujeito é tratado, por Pêcheux, como a “forma do sujeito de direito”, aquele que representa a forma-sujeito histórica, assujeitamento ao qual ninguém escapa. Instala-se, nesse espaço, a categoria da contradição: o sujeito é interpelado ideologicamente, mas, ao mesmo tempo, é responsabilizado juridicamente pelo seu dizer. O autor (Ibidem) pontua que “quanto ao sujeito ideológico que o reduplica, ele é interpelado – constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a ‘norma’ identificadora”. Nessa situação, é a ideologia que regula o que pode ou deve ser dito; é por ela que se exige a tomada de posição do sujeito em relação a uma dominância ideológica e é por ela também, ao revés, que o Estado individualiza o sujeito e o responsabiliza pelo seu dizer (ORLANDI, 2003, p. 51).

Pêcheux (1995, p. 160) declara que “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe”; essa afirmação nos faz refletir sobre o fato de que a ideologia, por interpelar o sujeito, o constitui através de determinados saberes, os quais o identificam às posições por ele assumidas, sendo elas lugares sociais assumidos no discurso. Para compreendermos melhor, olharemos para nosso objeto de análise, onde há, por exemplo, o sujeito prioritariamente gramático que, por vezes, assume um discurso pedagógico, inscrevendo-se assim na posição-sujeito professor, instaurando diferentes saberes no interior do mesmo, mobilizando, por então, o que é próprio do pedagógico em detrimento do que é da ordem da normatividade, conforme veremos nas análises (Parte III). Assim, a contradição aparece como constitutiva. Esse movimento é possível através da interferência da ideologia que o coloca em identificação com determinados saberes, alocando-o em tal posição. A ideologia produz evidências, as quais tornam possíveis esses deslocamentos, movimentando sentidos para sujeitos em diversificadas situações. Ao mesmo tempo, essas evidências, para o autor (Pêcheux, 1995, p. 160), “mascaram sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que se chama caráter material do sentido das palavras e dos enunciados”. Este caráter material, segundo o autor esclarece: “consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos o todo complexo das formações ideológicas” (1995, p. 160). Para compreender essa questão de dependência, o autor aponta duas teses, as quais buscam esclarecer tal questão. “A primeira consiste em colocar que o sentido de uma palavra não existe ‘em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são (re) produzidas” (1995, p. 160), considerando que “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas adquirem sentido em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (idem.). A partir desse funcionamento que articula sujeito e sentido, constitui-se um importante conceito que é o de formação discursiva (FD). A FD é, conforme o autor, “aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito” (Ibidem). Tal citação nos possibilita a compreensão de que o sujeito, ao assumir as posições que pontuamos, está determinado pela exterioridade que “propõe” o que ele “precisa” ou não dizer sobre a língua. Ou seja, há uma rede

de memória que institucionaliza o dizer normativo, colocando determinadas significações como verdades absolutas, tais como: a reafirmação de que a gramática é o padrão do correto, como referencial de novas produções gramaticais. Em continuidade a essa questão, o autor refere que as “palavras recebem sentido das FDs”, que, por sua vez, são determinadas pela ideologia, ou mais precisamente pelas Formações Ideológicas. A FD, então, é o lugar material da ideologia.

Para Pêcheux (1995, p. 161), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso pelas FDs que representam na linguagem as Formações ideológicas (FIs) que lhes são correspondentes”. Com isso, o autor constata que a mudança de significação das palavras ocorre porque “elas não têm um sentido que lhes seria próprio”. Enfim, “o sentido não está nas palavras, e sim nas relações que elas mantêm com outras palavras da mesma FD.” É possível também dizer, segundo o autor, que “as palavras literalmente diferentes podem, no interior de uma FD dada ‘ter o mesmo sentido’, o que representa a condição para o sentido”. Dessa relação, passa a existir “o processo discursivo que designa as substituições, paráfrases e sinonímias” (1995, p. 161).

O “todo complexo com dominante” das FDs é chamado por Michel Pêcheux de interdiscurso, o qual está submetido às mesmas leis de funcionamento do discurso até então colocadas, considerando que “toda FD dissimula a objetividade material contraditória do interdiscurso, objetividade essa que reside no fato de que ‘algo fala antes’ ” (1995, p. 162), ou seja, a ideologia trabalha e intervém para que os sentidos se constituam. Dessa maneira, ela se manifesta na constituição dos sentidos do *corpus* deste trabalho, através da produção de dizeres que constituem as posições-sujeito assumidas pelo sujeito gramático. Para Pêcheux, “o funcionamento da Ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeitos se realiza através do complexo das formações ideológicas e fornece a cada sujeito sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas” (idem). Para compreendermos como a ideologia interfere na constituição das posições-sujeito presentes, no *corpus* selecionado, precisamos considerar as condições de produção desse discurso, recorrendo ao momento de publicação da gramática em estudo e da NGB, conforme nos deteremos mais adiante.

Em sequência à discussão, e buscando compreender como se dá a constituição do sujeito, nos deparamos com a presença inarredável da instância do Imaginário, como aquilo que estabelece as relações entre o *eu* e o *outro*. Pêcheux (1995, p. 162 – 163) explicita que “o imaginário no sujeito (EGO) não reconhece o assujeitamento ao *Outro*”, sendo este tomado segundo Lacan, que o coloca como parte do “processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito”. Destas relações imaginárias, decorre uma forma de idealismo, que, para Pêcheux, “é o funcionamento espontâneo da forma-sujeito, por meio do qual se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito” (1995, p. 163). Sendo assim, o autor descreve o funcionamento de constituição da forma-sujeito da seguinte maneira: “o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina”, da mesma forma coloca que

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a Formação Discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação fundadora da unidade (imaginária) sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma (...) enquanto “pré-construído” e processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (1995, p. 163).

Diante do exposto acima, faz-se necessário elucidar dois elementos essenciais ao funcionamento do interdiscurso: o pré-construído e a articulação. Pêcheux (1995, p. 164) afirma que essas categorias “aparecem determinando o sujeito, dissimulando-lhe seu assujeitamento sob a aparência da autonomia, ou seja, através da estrutura discursiva da forma-sujeito, sendo esta forma veiculada por uma FD dominante”. Assim, é possível retomar a noção de FD, considerando que “as FDs que constituem o que chamamos de seu interdiscurso determinam a FD dominante” (PÊCHEUX, *ibidem*). A partir disso, podemos afirmar que há uma FD dominante presente no discurso que recortamos, a qual pré-determina as demais FDs também presentes. Essa FD dominante está estabelecida no discurso da posição-sujeito gramático, no sentido de que atravessa e é atravessada por saberes da ciência, da política, da educação. Esses saberes que circulam entre as posições colocadas são compreendidos como sentidos já existentes, que pertencem ao interdiscurso,

mas que emergem quando os sujeitos identificam-se com os mesmos, como um pré-construído, que, para Pêcheux, “pré-construído corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (1995, p. 164); já a articulação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (p. 164).

Assim, o sujeito “se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – (...) sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (PÊCHEUX, 1995, p. 170). Essa relação explica que o “pré-construído (...) remete àquilo que ‘todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’” (p.171). A partir disso, para Pêcheux, a tomada de posição “deve ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal, isto é, do efeito da exterioridade do real ideológico-discursivo”. (p. 172)

Pêcheux (1995, p. 171) situa “o funcionamento da ilusão do sujeito no espaço da reformulação-paráfrase que caracteriza uma FD”, tratando essa questão a partir de dois condicionamentos: o esquecimento de nº 1 e o de nº 2. O autor (ibidem), nesta ordem, afirma que o esquecimento de nº 2 é aquele em que “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da FD que o domina um enunciado e não outro, que está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na FD considerada”; já o esquecimento de nº 1 refere que “o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da FD que o domina” (1995, p. 173). Há, dessa forma, um recalque inconsciente, a esse exterior. O sujeito, a partir do trabalho do esquecimento de nº 1, é atravessado por uma forma de “apagamento” de sentidos, os quais passam para a rede de memória, que é da ordem do interdiscurso e só emergem em outras condições de produção. Os saberes “esquecidos” ficam no inconsciente, lugar do apagamento ou do silenciamento, voltando a significar em outra situação. Esse processo, característico do esquecimento em questão, faz com que o sujeito, ao entrar em contato novamente com tais saberes, acredite estar formulando-os, visto que não percebe o resgate feito no inconsciente ou na rede de memória. Para Pêcheux, o pré-consciente “caracteriza retomada de uma representação verbal consciente pelo inconsciente” (p. 173). Pêcheux continua explicando o

processo de interpelação pela ideologia ao retomar que o esquecimento de nº 2 “cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na FD que o domina, e que é aí, precisamente, que se apóia sua liberdade de sujeito-falante” (1995, p. 175). Quanto ao esquecimento de nº 2, o autor afirma ainda que “o efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento de nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento de nº 2”.

Assim, segundo Pêcheux, o esquecimento “número 1” faz com que o sujeito pense ser a origem do que diz, ou seja, uma espécie de fonte de onde emerge seu dizer. Aquilo que é dito, isto é, o discurso é marcado pela constituição do inconsciente e da ideologia, sendo no discurso também o lugar da articulação da linguagem junto à ideologia; por causa disso, o sentido figura como um lugar inacessível ao sujeito e constitutivo da subjetividade. Por todas essas relações que marcam o discurso, o sujeito acaba apagando inconscientemente os elementos que remetam ao exterior da sua formação discursiva, na qual se inscreve prioritariamente, numa tentativa de controle dos sentidos sobre o discurso que produz. Isso quer dizer que o sujeito, por estar imerso numa ilusão de efeitos de sentidos, produzidos por seu imaginário, não tem controle sobre o funcionamento de seu discurso, possibilitando a este, nas práticas de linguagem, emergir sentidos que determinam a relação do dizer com o social de uma maneira determinante sobre a posição ideológica que ocupa.

Essas relações precisam ser pensadas na representação do sujeito na língua. Pêcheux (1997), sobre isso, institui que, no movimento do discurso, o sujeito ocupa lugares representados. Nas palavras do autor (1997, p. 82),

os elementos A e B¹ designam algo diferente da presença física. Resulta que A e B designam lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos[...]. Esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. [...] O lugar se encontra representado, isto é, presente, mas transformado; o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

¹ A e B são representações utilizadas por Jakobson acerca daqueles que estabelecem o ato comunicativo. Pêcheux, por sua vez, utiliza-se dessa nomenclatura e, mais adiante, passa a tratá-las como sujeitos do discurso.

Com essa noção pecheutiana, podemos compreender que a constituição do sujeito em condições sociais se faz pelo modo como ele se significa no e para o interlocutor. Orlandi (2001, p. 61) afirma que:

pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim guiado por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como um seu duplo. Esse é um jogo dos gestos de interpretação que se dá ou a partir da materialidade mesma do texto e ao qual o analista deve ser sensível quando pensa o imaginário que constitui o sujeito leitor virtual e o sujeito leitor efetivo com suas determinações.

Compreendendo as formas de esquecimento do sujeito, passamos a observar também a relação do sujeito com os sentidos, bem como as possibilidades de interpelação ideológica. O sujeito, então, ao se inscrever em determinados sentidos, constituídos por determinada FD, está, também, tomando uma posição no discurso, a qual o significa como sujeito que se relaciona, de modo mais ou menos contraditório, com a forma-sujeito que agrega saberes advindos de diferentes FDs, pois a Formação Discursiva funciona como heterogênea a si mesma, abrigando sob sua égide diferentes posições-sujeito.

Eni Orlandi, numa constante (re)leitura (interpretação) da obra pecheutiana, afirma que esse sujeito pode ser entendido como a própria manifestação da ideologia; é ela quem o “constrói”, é ela, portanto, que se presentifica na existência e na formulação do dizer. O sujeito é “puramente” ideológico. Permeado por essa ideologia, ele se confronta com a linguagem, a fim de fazer emergir sentidos, os quais se “abrigam” na língua e por ela manifestam-se nos discursos sociais, a partir de diferentes tomadas de posição do sujeito (2003, p. 46).

Reiterando estes dizeres sobre o sujeito, compreendemos que:

(...) todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em ‘sujeito-responsável’ (PÊCHEUX, 1995, p. 214).

Vendo o sujeito, então, como prática discursiva que toma uma voz para “evidenciar” sentidos, nos amparamos em Orlandi (2003, p. 53), a qual remonta que:

ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber, poder, dever, dizer em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.

Enfim, o sujeito, enquanto categoria discursiva, atravessado por numerosos discursos, os quais são carregados ideologicamente por saberes articulados pela história das ideias e dos sentidos, instala-se num sítio de significância que constitui sentido sobre o que diz. Este sujeito, compreendido como lugar do discurso, toma uma posição, por identificação com determinados saberes, inscritos e materializados em determinadas FDs, identificando-se, prioritariamente, com saberes advindos de uma FD que funciona como dominante, num dado momento e não outras, para poder produzir discurso e, a partir de então, deslizar para uma outra categoria denominada posição-sujeito, sobre a qual estamos trabalhando em nosso recorte de análise. Logo, é válido esclarecer que a categoria “sujeito” é a base de que estamos utilizando para compreendermos posições-sujeito, constituídas por diferentes modos de identificação específicas de um discurso “em particular”. E é pela interferência teórico-metodológica da AD que podemos observar e refletir sobre esse sujeito que, permeado por inúmeros sentidos, marcados no discurso, desliza para a categoria de posição-sujeito, com pistas fortemente articuladas pela ideologia. Assim, procuramos marcar essa posição, promovendo um “gesto de interpretação analítico”, diferenciado do “gesto” próprio ao sujeito comum. Orlandi, (1996, p. 84-85), sobre isso, coloca-nos que:

o gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico. [...]. A mediação da posição constituída pelo analista não reflete, ao contrário, trabalha a questão da alteridade. Na mediação do dispositivo ideológico, o sujeito está sob o efeito do apagamento da alteridade (exterioridade, historicidade). [...] O que se espera da mediação, instalada pelo dispositivo teórico, é que ela produza um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das

formações discursivas. Em outras palavras, entre em relação crítica com o conjunto complexo das FDs.

Orlandi afirma, há mais de 20 anos (1988, p. 20), que o sujeito é um efeito ideológico. Isto quer dizer que o “sujeito” do discurso é sobretudo um lugar de explicitação da voz que organiza o dizer; é possibilidade de deslocamento que revela as relações com a ideologia; é aquele que está determinado por uma dada FD, que lhe constitui e determina seu modo de relacionar-se com a exterioridade. A autora (2003, p. 46) nos reporta ainda que “a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”.

Em se tratando da questão específica da ideologia, Orlandi (2003, p. 48) diz que ela “não é vista como visão de mundo, mas sim como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido; a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário.” Com isso, a autora considera que o funcionamento da instância ideológica produz, pelo processo de interpelação, um assujeitamento ideológico, o qual constitui o sujeito, estabelecendo uma forma-sujeito histórica, forma de existência histórica de qualquer sujeito, agente de práticas sociais. Observamos, com isso, que a posição-sujeito que elegemos como dominante e sobre a qual nos debruçamos em nosso trabalho está inscrita em uma forma-sujeito histórica que condiciona toda sua reflexão sobre a língua, no sentido de instituir sobre seu discurso a noção de organização do dizer.

1.1 As relações entre sujeito e discurso

Para tratarmos das noções de sujeito e discurso, é necessário refletirmos sobre princípios que norteiam a perspectiva teórica discursivista, à qual nos filiamos. A Análise de Discurso iniciou na década de 60 do século passado. Seu fundamento está em compreender como a língua funciona para produzir determinados sentidos. A partir disso, segundo Orlandi (2003, p. 17), “a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como o texto significa?”. Ou seja, essa filiação teórica busca

compreender os processos de formulação do discurso, e não apenas a materialidade linguística.

Podemos dizer, baseados nas discussões propostas por M. Pêcheux e por E. Orlandi, que a Análise de Discurso é uma maneira de ler as diversas manifestações da linguagem, lugar onde sujeito e discurso se entrelaçam na produção de sentidos. Mas não é uma leitura qualquer; ela tem fundamentação teórica e metodológica. Orlandi (2003, p. 15) coloca que “a Análise de Discurso trata do discurso. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem.” Com isso, percebemos que o sentido está na relação que se efetiva entre o que se “lê” (materialidade linguística), o exterior (a história) e o sujeito, movimentando diferentes formas de significar na língua. Diante disso, é relevante pontuar a partir de Orlandi (2003, p. 15-16) que:

a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (...) A A.D. considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.

A perspectiva de abordagem da Análise de Discurso abarca uma confluência entre três pontos: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, propondo um confronto do político com o simbólico através do linguístico (ORLANDI, 2003, p. 15-16). Conforme a autora citada, a “Linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem: ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria”. No tocante ao Marxismo, a Análise de Discurso figura-o como um legado do materialismo histórico, “isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente” (ORLANDI, 2003, p. 19). A contribuição da Psicanálise está “no deslocamento da noção de homem para a de sujeito e este, por sua vez, constitui-se na relação com o simbólico, na história” (Ibidem). Esses três eixos de sustentação da perspectiva teórica, à qual nos filiamos, nos possibilitam um olhar diferenciado sobre o discurso, que nos mobiliza a interrogar, sobretudo, o funcionamento da categoria “sujeito” no

discurso de *Apresentação*, de Rocha Lima, e sua relação com a exterioridade que o constitui enquanto posição ideológica no discurso.

Diante disso, compreendemos, a partir do referencial teórico sobre sujeito, bem como a partir do modo como o sujeito se situa na língua, que as relações de sentido constitutivas do discurso passam pelo movimento de identificação da voz ideológica que rege o dizer, pois segundo Orlandi (1988, p. 10) “não há discurso sem sujeito”. Essa voz discursiva emerge de um lugar pré-determinado ideologicamente denominado tomada de posição-sujeito. É por essa tomada de posição que identificamos quem diz, (re) formula, (re) produz e conduz valores, ideias, noções constitutivas de sentido. Considerando, então, que o sujeito é quem organiza o dizer, a partir de uma posição tomada, é necessário refletirmos teoricamente para entendermos como ele se relaciona com a exterioridade, sobretudo no tocante aos saberes próprios da gramática.

O “modo” como o sujeito significa, no discurso, passa pela relação que estabelece com seu interlocutor, regida pelas formações imaginárias. Cada sujeito constrói para si uma noção de si próprio e de seu interlocutor. Ao dizer, o sujeito formula seu discurso, trabalhando sobre a antecipação, enquanto previsibilidade ilusória que seria capaz de controlar os efeitos de sentido que se produzirão a partir do que é dito. A isso Pêcheux (1997, p. 82) denomina Formações Imaginárias, as quais dependem essencialmente das condições de produção do discurso. O sujeito formulará (e reformulará o tempo todo) um imaginário de seu dizer a partir do modo como a exterioridade, ou as condições de produção interpelam-no via ideologia. O exterior, entendido como fatos históricos, políticos, sociais, econômicos, etc. intervirá na hora de o sujeito produzir “esse” e não “aquele” sentido acerca do discurso.

Na gramática, que estamos estudando, identificamos marcas de como esse processo se desenvolve, pois temos o sujeito gramático tomado como aquele que representa uma posição-sujeito dominante que, ao ser interpelado pela ideologia, inscreve-se em determinadas formações discursivas, como a da norma, a do professor, e produz, com isso, um discurso permeado de diferentes saberes, próprios a outras tomadas de posições-sujeito que sustentarão os saberes produzidos, a partir da força que sua posição carrega, ou seja, a partir do modo como a exterioridade intervém para fazer valer o que é dito.

Tal movência de sentidos, constitutiva da posição-sujeito dominante, tem suas bases nos processos de identificação que o sujeito, não enquanto posição, e sim enquanto voz do discurso, faz com saberes imersos nos diversos discursos sociais. A partir dessa identificação, o sujeito, interpelado ideologicamente a “uma” FD específica, constitui-se enquanto posição, configurando assim a confluência de sentidos estabelecida pela relação entre sujeito e discurso.

1.1.1 Sobre as Condições de Produção do discurso

As condições de produção (CPs), ao afetarem o modo como o sujeito significa, desdobram também as inter-relações discursivas; um dizer retoma o outro, mesmo que em situações diferenciadas. Os sentidos vão se encadeando e formando novos imaginários acerca de questões sempre presentes. As CPs regulam a constituição de enunciados formadores de redes significantes, as quais serão discursivizadas de acordo com as relações de antecipação (ilusórias) do sujeito. Pêcheux (1997, p. 77) coloca que:

o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, como as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

Esse funcionamento de sentidos, que acontece pela inter-relação discursiva, tem, primeiro, a função de explicitar que todo o discurso se apoia sobre o discurso que veio antes e, segundo, a função de demonstrar que todo discurso está sujeito à falha, ao equívoco, à (re)formulação, produzindo efeitos de sentidos diversos sob diferentes CP. Todo dizer está sujeito a produzir sentidos diferentes daqueles “esperados” pelo sujeito que enuncia. Há permanentemente a possibilidade de o discurso produzir um efeito diferente em função da intervenção do imaginário e da exterioridade no discurso. As Condições de Produção funcionam como um mecanismo de interferência sobre o modo como a ideologia afeta o sujeito do discurso. Isto que dizer que a

exterioridade, “carregada” pelos saberes variados, (re)atualiza sentidos “já-ditos” e passa a intervir nas CPs que tangem o sujeito. Tendo, então, tal interferência, o sujeito, enquanto voz do discurso, loca-se e (des)loca-se de determinados lugares discursivos, provocando os deslizamentos de sentidos, as falhas no discurso, os equívocos e confrontos de saberes até chegar ao momento da reformulação, quando, após a ilusão de que os sentidos foram instaurados, reinicia todo o processo de (re)constituição das ideias. Todo esse movimento se passa pelo modo como as CPs trabalham. Compreendemos que as diferentes posições-sujeito elencadas anteriormente sofrem, a partir dos lugares que ocupam, diferentes formas de intervenção das CPs, o que conseqüentemente produz discursos ainda mais heterogêneos e sujeitos a deslizamentos de sentidos.

Quem diz prevê ilusoriamente uma relação de sentido, a qual nem sempre se constitui como o esperado. Num primeiro olhar sobre o *corpus* de análise, observamos que, quando o sujeito gramático enuncia um dizer que busca ter estatuto de “verdade”, faz isso prevendo a aceitação de seu discurso, pois produz um imaginário de que há um leitor ideal, o qual compreende e aceita suas ideias. No entanto, esse imaginário ou ilusão do efeito que o dizer produzirá pode se distorcer ou se alterar em função de que a história e a exterioridade intervêm, produzindo, no inconsciente do sujeito-leitor, efeitos diferentes daqueles previstos pelo sujeito gramático. Ou seja, os deslizamentos de sentidos, as falhas constitutivas no discurso lido ou apropriado pelo leitor acontecerão sem que o sujeito, que produziu tais conceitos, tenha qualquer forma de controle sobre tais efeitos.

A isso, a Análise de Discurso qualifica como opacidade da linguagem. É o estar sempre sujeito ao deslize, a falhas, a equívocos que acontecem sem a previsibilidade de quem enuncia e produz outros sentidos no discurso, alterando o sentido inicial. Sendo assim, apesar de não haver previsibilidades sobre os sentidos e seus efeitos, há, por parte do locutor, nesse caso o gramático, o mecanismo de antecipação em pleno funcionamento. Esse mecanismo faz com que o locutor tente prever as relações de sentido possíveis a partir de sua enunciação. Orlandi (2003, p. 39), sobre isso, refere que “o mecanismo da antecipação proporciona ao sujeito a capacidade de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa a seu

interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem.” Esse mecanismo, por tentar prever as possibilidades do dizer, cria uma expectativa acerca do efeito do que é dito. Isso é possível de ser compreendido no *corpus* de nossa pesquisa, quando o sujeito, ao assumir a posição de gramático, constrói um saber sobre o normativo gramatical, sobre o qual ele deposita um estatuto diferenciado, visto que o conhecimento posto é de uma língua portuguesa (com toda a historicidade lusitana), que vem do latim e, por isso, coloca-se como uma forma de lei do bem escrever e do bem pensar. Dessa forma, o sujeito desse saber pretende criar, nos “leitores” dessa língua disciplinada, a noção de aptidão para o código.

O momento desse acontecimento de movimentação dos sentidos está num instante que Orlandi (1988, p. 9) chama de “intervalar”, o qual se encontra entre o gesto do sujeito em formular um sentido e a materialização textual. Nesse entremeio, instaura-se uma incompletude discursiva, entendida como uma ilusão do sujeito em relação ao que diz. Essa incompletude precisa, em nosso trabalho, ser pensada na relação do sujeito com exterioridade, visto que é nela que se “buscam” os sentidos possíveis de abranger a ilusória totalidade do dizer.

A partir disso, podemos pensar que o funcionamento da incompletude está na relação do sujeito com o mundo por meio da linguagem. Na exterioridade, ele busca sentidos que se pretendem completos, mas que são uma ilusão trabalhada pelo imaginário.

O sujeito é determinado por saberes próprios a uma formação discursiva que o domina; isso faz dele o sujeito gramático, esquecendo-se consequentemente de outros saberes que o constituem. Através disso, ele gera para si uma certeza (ilusória) de estar controlando os sentidos, já que é o gramático da língua, que tem o compromisso com a lapidação dessa língua, e não o falante², que pode estar “sujeito” ao erro. Quem fornece elementos à posição-sujeito gramático para que ela se constitua, assim apagando as contradições que lhe são constitutivas, são as Formações Imaginárias.

² É importante lembrar que o “falante” não é somente o sujeito que se relaciona com a oralidade. O “falante” pode ser compreendido também como aquele que, apesar de não dominar o livro gramática, é conhecedor da língua.

Considerando então que “nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente, já que se constituem e funcionam sob o modo do entremeio, da falta, do movimento” (Orlandi, 2003, p. 52), compreendemos que a noção de sujeito está articulada à posição que ele assume ao enunciar. Não há dessa forma a apreensão de um modelo de sujeito unitário e transparente, e sim pistas que nos encaminham à compreensão de como ele funciona. Ser sujeito de um dizer é, dessa maneira, ser sempre afetado pelo inconsciente e estar sob o efeito da ideologia, a qual funciona pela língua, pela história.

1.2 A constituição do sujeito em relação às formações imaginárias

O processo discursivo se organiza pela apresentação e funcionamento de categorias do discurso, tais como sujeito, formação discursiva, ideologia, formações imaginárias, entre outras, que contribuem para a instauração do sentido. Como já pontuamos, essas categorias movimentam o sujeito para a tomada de posição-sujeito. É pela interpelação ideológica que o sujeito estabelece certas relações de identificação com a exterioridade discursiva, através das quais formula determinados sentidos, que nos servem de observatório para que possamos depreender os processos de produção das ideias. Nosso *corpus* de análise, que é o discurso de *Apresentação* da gramática de Rocha Lima (1991), revela diferentes tomadas de posições de sujeito que estão em funcionamento, de modo a produzirem um imaginário sobre a língua, alocando o leitor, leigo ou não, na posição de um interlocutor detentor dos saberes específicos sobre a língua.

A partir disso, percebemos que para ler os sentidos constituídos na língua, ou seja, para que o sujeito-leitor estabeleça a compreensão sobre aquilo que vê, precisa olhar o discurso amparado por um “dispositivo de interpretação” (ORLANDI, 2003, p. 25), o qual possibilite compreender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (idem, p. 26). No entanto, este dispositivo não garante o controle sobre os sentidos; pelo contrário, ele está aberto, sujeito a diferentes leituras. Orlandi (2003, p. 26) sugere que o analista de discurso tenha um método para que seja capaz de construir o percurso de significação do

discurso, através de gestos de interpretação; a partir disso, a autora (Ibidem) situa três momentos para trabalhar o sentido no discurso: inteligibilidade, interpretação e compreensão.

Orlandi (2003, p.26) coloca que “a inteligibilidade refere o sentido à língua. (...). Basta saber português para que esse enunciado seja inteligível”. Com essa noção, podemos observar que a inteligibilidade é o primeiro nível de leitura; ela é um modo de relação com a língua, através do qual procuramos constituir rapidamente sentidos sobre aquilo que vemos, da ordem da superfície linguística.

Orlandi (idem p. 26) afirma ainda que “a interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato” A interpretação, então, trabalha com os pressupostos do discurso; ou seja, é aquilo que é dito nas entrelinhas, numa esfera nem muito aprofundada de entendimento, nem muito superficial.

Mais adiante, a autora aponta que na leitura do discurso está a compreensão. Esta procura os meios pelos quais o sujeito constitui o discurso e se constitui nele. Orlandi (ibidem) também refere que

compreender é saber como um objeto simbólico (...) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. (...) A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem.

A relação entre sujeitos e sentidos, por acontecer na materialidade linguístico-discursiva, permite o estudo de seu funcionamento, através da identificação de regularidades, que possibilitarão a visibilidade do dizer. Para tal fim, funciona a Análise de Discurso de linha Francesa, a qual faz um trabalho de desconstruir/reconstruir (por meio dos níveis de leitura recém colocados) o processo de constituição dos sentidos no discurso, considerando, a partir de M. Pêcheux (1969, 1995) e Orlandi (2003) que o estudo dos sentidos é constituído pela história, pela memória.

Em concordância com Pêcheux, Orlandi explicita que “a noção de sujeito (...) deriva da concepção que vê na linguagem um trabalho, uma forma de interação entre homem e realidade natural e social” (Orlandi, 1988, p. 9). Com essa afirmação, ela nos referenda uma possibilidade de vermos a intervenção

do sujeito, no caso, o produtor de gramáticas, que também ocupa posições ideológicas outras no discurso, através do modo como apresenta a língua, movimentando-a e vendo-a como um meio de representação (imaginária) do poder que o Estado tem sobre o próprio leitor. Guimarães (2007, p. 63) coloca que:

os espaços de enunciação (Guimarães 2000, 2002, 2005), em que as línguas funcionam, são historicamente, nas condições atuais, marcados pela organização política do Estados nacionais. É isto que dá um peso fundamental a noções como de língua nacional, língua oficial(...)³.

Com isso percebemos que a língua é um espaço para instauração de diferentes sítios de significância, que juntamente ao sujeito, desloca sentidos em meio ao lugar social em que se constituem. A língua, dessa forma, carrega uma espessura semântica que toma forma a partir do momento em que o sujeito passa a movimentar os sentidos possíveis de surgirem por ela.

1.2.1 Primeiras investidas em direção ao sujeito da gramática

Para buscarmos o sujeito da gramática, torna-se essencial a reflexão acerca da noção de formações imaginárias (FIs), por explicitar “como” os sujeitos se significam: elas fazem um trabalho de representação, promovendo a análise das posições tomadas pelo sujeito da gramática. Buscando compreender como as FIs funcionam, recorreremos a Pêcheux (1997, p. 82), uma vez que o autor nos mostra que as condições de produção do discurso intervêm no modo de representar (de formar o imaginário) de si e do outro. Ou seja, as CP interferem no processo de formulação dos sentidos, o que vai afetar o imaginário que os sujeitos fazem de e entre si.

O autor (Ibidem) aponta que “todo processo discursivo supõe a existência das formações imaginárias” as quais são entendidas da seguinte maneira: **1) “A imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A”**; **2) “A imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A”**; **3) “imagem do lugar de B**

³ Guimarães (2007, p. 64) conceitua língua nacional como a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.

para o sujeito colocado em B” e 4) **“a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B”**. Destas quatro possibilidades de mecanismos imaginários dos sujeitos no processo de interlocução, abordaremos o segundo e o quarto, pois vemos que, em tais modos de representação, encontra-se o sujeito do qual estamos tratando no presente trabalho de dissertação.

Ia (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A
Ib (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B

Com isso, procuraremos compreender, mais adiante, o que o locutor A pensa de si e o que seu interlocutor “pode pensar” dele, no sentido de construir uma imagem daquele que produz um determinado conhecimento. O imaginário produzido por esse sujeito estabelecido na posição A se forma em função de como as condições de produção intervêm nesse sujeito e nas relações de sentido que ele estabelece com a exterioridade, com a história, a sociedade, a língua. Diante disso, entendemos que as posições assumidas correspondem à seguinte relação: a posição de A corresponde ao gramático, e a posição de B corresponde ao sujeito-leitor.

Considerando esse imaginário formado acerca das posições que os sujeitos ocupam, percebemos que “a voz” que produz o discurso de *Apresentação* na gramática está sempre assujeitada a relações exteriores, as quais intervêm, para restaurar uma noção de língua, recalcada na memória da historicidade portuguesa, ainda bem marcada nas posições-sujeito identificadas. Assim, compreendemos que essa exterioridade, atravessada por determinadas FDs, imersas no compromisso de restaurar e manter as bases da língua portuguesa, a partir do referencial lusitano, trabalha no fundamento de ancorar a voz que organiza o discurso numa realidade social, que, embora brasileira, esforça-se para reatualizar ideias, comportamentos, tendências que coloquem a língua num lugar de divisão, compreendido como um estatuto diferenciado de quem fala “bem” ou fala “mal”.

Ao instaurar-se dessa forma, a posição assumida pelo sujeito reúne possibilidades de sentidos que constituirão sua identidade, enquanto sujeito que se filia a “essas” formações ideológicas, de modo prioritário e não a “outras” posições. Diante disso, é pertinente pensar: como se dá o processo discursivo no qual o sujeito gramático entra em contato com esses sentidos e não outros? Para começarmos a refletir sobre essa questão, precisamos compreender que o sujeito se relaciona com a ordem social da qual faz parte, assumindo posições no dizer, ou seja, defendendo diferentes pontos de vista, através de um processo de identificação com outros discursos advindos do interdiscurso e regionalizados nas formações discursivas. Para Orlandi (1988, p. 21), a formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo *sujeito* se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos).

Nesse sentido, a formação discursiva reúne, sob sua égide, saberes advindos de discursos vários, que se organizam e instauram-se como um sentido possível pelo sujeito do dizer. Através disso, é possível compreender que cada discurso ou cada dizer está filiado a uma posição que funciona como dominante, a um modo de o sujeito ver e tratar a realidade num dado momento sob certas circunstâncias. Ou seja, a formação discursiva na qual o sujeito se inscreve é entendida como heterogênea, já que diversos saberes se filiam e interpelam-no, através do processo de identificação ideológica. Diante disso, faz-se importante ressaltar que a heterogeneidade constitutiva das formações discursivas promove diferentes relações de identificação do sujeito.

Serrani (2001, p. 117) pontua que a “Formação Discursiva, concebida como constitutivamente composta por elementos que provêm de fora – isto é, de outras FD – fornece-lhes suas evidências discursivas fundamentais”. A partir de tal fundamentação, entendemos que os “elementos de fora” são saberes diferentes que interferem nos modos de posicionamento no social; são ideologias referendadoras do dizer que interpelam o sujeito, levando-o a identificar-se com determinadas saberes e não “outros”, visto que toda e qualquer FD deve ser tomada como heterogênea, constituída por inúmeros discursos.

Tal identificação acontece porque é necessário que o sujeito se filie a sentidos e esteja sob a “luz” destes. Orlandi (2002, p. 65) coloca que “O sujeito

é posição entre outras, subjetivando-se à medida que se projeta de sua posição (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)". Nessa perspectiva, compreendemos então que há sempre uma relação sujeito-mundo, muito embora esta relação não seja direta, nem perfeita ou ideal, pois há necessidade de formulação de sentidos. O sentido "não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo-histórico em que as palavras são produzidas".(Orlandi, 2003, p. 42). O sentido "acontece" em função do "teor" ideológico que as Formações Discursivas carregam, as quais "movem" o sujeito posicionar-se, levando-o a ocupar uma posição-sujeito no discurso. A autora (2003, p. 43) refere, ainda, conforme já citado anteriormente, que a "formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito". Isso nos coloca que o sujeito, em função da formação discursiva, à qual ele "pertence" não está livre para enunciar o que deseja; ele está sempre "regulado" por essa formação, condicionando inconscientemente o seu dizer.

Com isso, percebemos que as FDs estão em constante movimento e (re) formulação, pois os sentidos se movimentam e mudam a partir do modo como o social se "apresenta"; e os sujeitos, por sua vez, se colocam *ao ou de encontro* a tais formulações, produzindo efeitos de sentido em seus discursos resultantes e constitutivos de formações discursivas.

Com esse funcionamento teórico, acerca de sujeito e de formação discursiva, bem como da relação que tais categorias estabelecem entre si, podemos apreender as posições que este sujeito assume discursivamente, também através das Formações Imaginárias, as quais estão ancoradas na posição que o sujeito assume sobre o que diz.

Para pensarmos as formações imaginárias, precisamos compreender, a partir de Orlandi (2003), que elas entram em funcionamento em concomitância com as condições de produção que amparam o dizer do sujeito no discurso. Aquilo que o sujeito concebe, no seu imaginário, está associado a discursos outros já em movimento na ordem social. Tais discursos produzem sentidos que se entrelaçam, produzindo um discurso "sobre". Orlandi (2003, p. 39) coloca que "um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros". Isso quer dizer que há no ato enunciativo uma "combinação"

de dizeres, os quais se configuram numa ordem discursiva, marcada ideologicamente. Essa “ordem” é o que já tratamos anteriormente como formações discursivas. Sendo assim, as FDs se formam num espaço de produção do dizer, o qual é, por sua vez, constituído pela história discursivizada, transposta em memória coletiva ou social e pela ideologia, a qual se “encarrega” de produzir os efeitos de sentido no discurso.

Esses movimentos de sentido constituem, então, as formações imaginárias. O sujeito produz e compreende sentidos a partir do modo como ele se posiciona e se relaciona ideologicamente. O sujeito assume uma posição em função do imaginário, por exemplo, que ele produz sobre a língua que fala. Na gramática, se ele percebe a língua como uma “ferramenta” de articulação social, passará a falá-la e a reconhecê-la como possibilidade de ascensão social; ou, caso seu “parceiro” não “pertença” à norma culta, passa a vê-lo, em função do imaginário que tem, como um “indivíduo” que “não sabe falar” a língua. No caso de esse sujeito precisar posicionar-se, em uma ocasião formal, sobre qual língua deverá fazer uso, se a gramaticalmente correta ou a que permite a agramaticalidade, perceberá que a primeira é a que lhe dará melhores “resultados”, pois o corpo social, já interpelado pela noção de certo e errado, formula um imaginário de respeito, de ordem, de bom desempenho quando se depara com um sujeito falando a partir de parâmetros que revelam a predominância da variante normativa da língua. No caso da escola, há, historicamente, uma sistematização de trabalho da língua em relação à variante culta padrão. A ordem é falar e escrever com o que a gramática propõe, buscando inserir, no imaginário do aluno, a concepção unilateral de que falar “bem” está diretamente relacionado com a gramática, no sentido de que é esse instrumento da língua que contém as melhores formas de acesso à uma satisfatória comunicação. A partir disso, nós, professores de Língua Portuguesa, comportamos a contradição de que a posição-sujeito falante pode estender-se não somente ao próprio sujeito do conhecimento gramatical, mas também a um sujeito “universal”, que são todos aqueles que se enfrentam e resistem ao engessamento gramatical. Ao percebermos a gramática como um lugar de resistência às variações e concepções sobre a linguagem, observamos o quanto é difícil para o sujeito leitor alocar-se nessa (contra)relação de sentidos.

No *corpus* de nossa pesquisa, o discurso de *Apresentação* da gramática de Rocha Lima apresenta alguns enunciados sobre a língua, que procuram determinar o sentido de “verdade”. A voz que enuncia, por exemplo, constrói um discurso de elevação das qualidades que a obra possui. O sujeito produtor da gramática, isto é, aquele que representa, via discurso, a posição-sujeito dominante se constitui a partir de outras posições de sujeito, das quais emerge a heterogeneidade discursiva reveladora das formações ideológicas que o afetam. Dentre as posições-sujeito que identificamos até o momento, estão as de: sujeito falante da língua, a qual é silenciada pela dominância que a posição-sujeito gramático exerce neste espaço discursivo; a posição de cientista da língua, que emerge seu conhecimento específico e teórico acerca de como deve ser apresentado o saber sobre a língua no espaço gramaticalmente constituído; a posição professor, que busca orientar e mostrar um conhecimento para seu leitor e, por “última”, a posição-sujeito político produtor da NGB. Essa posição é diluída dentro das demais posições, apresentando, assim, uma intervenção sobre o conhecimento produzido. Todas essas posições irão, a partir do interior das formações discursivas que as constituem, trazer para a materialidade linguística saberes limitadores da relação do sujeito com a língua.

1.2.2 Sobre o funcionamento das formações imaginárias e a reconstituição das condições de produção

Neste trabalho de dissertação, compreendemos que imaginário ou formação imaginária é tudo aquilo que no sujeito funciona como imagem, seja de si mesmo, seja do outro; é uma forma de avaliar e de se relacionar com o social. Através de tal processo, podemos dizer que há um imaginário de língua, em função do qual o sujeito produtor do conhecimento gramatical faz previsões, que alimentam a memória de representação da língua. Forma-se um espaço de enunciação, para o qual são trazidos ou selecionados apenas exemplos e formulações que condizem com essa ideologia de aptidão linguística. Por causa desse espectro do que “serve ou não” para se

compreender a língua que falamos, nos deparamos com um imaginário de língua nacional que reflete um modo de articular que não encontra espaço no sujeito-leitor ou sujeito interlocutor. Essa atmosfera de uma falsa racionalidade sobre os fatos da língua é o que sustenta historicamente a cisão que exclui as “transgressões” ao nível culto. Esse trabalho de controle-regulação é tratado por Augustini (2004, p.39) em **A estilística no discurso da gramática**, estudo em que a autora debruça-se sobre as escolhas que estilizam e ilustram a teoria gramatical, mostrando um confronto situado dentro do imaginário formulado pela posição-sujeito gramático. Assim, Augustini (Ibidem) coloca que

A língua nacional instala no espaço de enunciação brasileiro uma norma e, em decorrência um discurso sobre a configuração das relações entre falante e língua e seus lugares sociais por ela instituídos. Nesta medida, tomar a palavra é estar nessa contingência de controle-regulação, seja pela norma, seja pelo dissenso. Por outro lado, a própria formulação da regulação deontológica da gramática contém a possibilidade de igualdade. Isto porque se constitui sobre uma noção de sujeito consciente, racional e capaz de se valer da língua e de seus conhecimentos lingüísticos como bem lhe aprouver.

Através disso, vemos instaurada, no discurso em que estamos nos propondo analisar mais adiante, uma fenda, que alarga a distância entre o dizer e o materializar a língua. Esse espaço, que exclui o heterogêneo da língua, impede a discursivização acerca das construções representadoras sobre o modo como falamos essa língua. Augustini (Ibidem, p. 36-37), então, afirma que:

Este espaço de enunciação assim constituído re-divide o social, uma vez que a gramática, ao “eleger” a língua nacional na divisão (política) da Língua Portuguesa, configurando-lhe uma imagem de língua correta e legítima, especifica para os falantes como e qual é a língua nacional, interditando possibilidades de dizer que se confrontam com as possibilidades de dizer aí legitimadas, o que significa dizer que estabelece normas de funcionamento da prática languageira.

Através do controle das regras, como coloca a autora, passa a ocorrer um interdito, ou seja, uma barreira impedindo a entrada de certas noções que deixarão de ser mobilizadas em função de não terem a competência linguística necessária para reafirmar o padrão culto da língua. Esse é o caso

das variantes coloquiais e regionais que não se adaptam a esse engessamento da língua e, então, são deixadas de fora ou silenciadas (ORLANDI, 2007).

Através desse imaginário da língua e da empenhada seleção daquilo que contribui ou não para seu estudo, percebemos que ocorre um esvaziamento de sentidos. Metaforicamente tratando a questão, observamos que essa estreita seleção acerca do modo como pode ou não ser tratada a língua, deixa um número restrito de possibilidades de explicar as estruturas linguísticas, deixando “vazar” todas as falhas, os deslizamentos que poderiam se fazer presentes para mostrar ou, pelo menos, permitir a percepção de que há um destoante, que não há homogeneidade, que há apenas uma ilusão e que não há como controlar o “todo” dessa língua.

Seguindo esse raciocínio do imaginário que se tem da língua e dos efeitos que isso promove, podemos avançar e procurar perceber tal questão pelo viés da subjetividade que transpassa o instrumento linguístico gramatical, visto que ela faz parte daquele que produz tal conhecimento. Podemos compreender sim que a posição-sujeito gramático está imersa em determinadas CPs, atravessadas por FDs, que promovem estratégias de controle sobre o bem falar; mas é preciso perceber também que essa posição referida do sujeito, ao se estabelecer no discurso, trabalha com o nível da subjetividade, o qual se apresenta como uma ferramenta de apoio para fortalecer a ideologia do “não à transgressão à regra”

Essa subjetividade “pulsante” ocorre por identificação do sujeito que pensa, que condiciona, que faz a regra, que lê a regra, que busca formular um imaginário acerca dos efeitos de sentido que seu dizer produzirá com saberes “já ditos”. Assim, podemos recorrer a Orlandi (2002, p. 65) quando ela afirma que “a subjetividade permite compreender como a língua acontece no homem. A subjetividade se estrutura no acontecimento do discurso”. Com isso, podemos entender que a subjetividade acontece pela relação que o sujeito estabelece com a língua e com os sentidos. Pêcheux em (1995, p. 213 – 231) discute os processos de identificação, contra-identificação e desidentificação do sujeito com determinadas FDs. O sujeito, ao se colocar contra ou em favor de determinada FD, conjuga-se na língua e na história, fazendo isso a partir de um processo inconsciente e único que está no nível do subjetivo, do singular. A

subjetividade se instaura, portanto, quando as escolhas feitas pelo sujeito se estabelecem através da relação dele com o dizer.

O sujeito, ao tomar uma determinada posição, representa uma determinada concepção de língua, e, se for a posição-sujeito gramático, por exemplo, coloca em dúvida a capacidade do interlocutor em articular e falar bem, naturalizando-lhe a situação de consultar a gramática.

Por ser o imaginário uma formulação no discurso, retomaremos as posições de Pêcheux (1997), as quais mostram como o sujeito se movimenta para constituir seus sentidos. Pêcheux (1997, p. 83), ao colocar uma forma de relação entre sujeitos, prescreve que A forma uma imagem (conceitual) de B; bem como, também forma uma imagem de si. Através desse processo, procuramos interpretar e compreender como se relacionam as posições assumidas pelo sujeito gramático, encontrado em nosso *corpus* de análise, na seção de *Apresentação*, da gramática de Rocha Lima (1991), como posição-sujeito que exerce dominância sobre as demais, as quais podem ser identificadas ali. Assim, identificamos as tomadas de posição que emergem, no discurso, a partir da consideração das condições de produção da gramática que vão sendo representadas de diferentes formas na textualidade da *Apresentação* da própria gramática.

Antes de fazermos a reconstituição das CPs da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, da qual selecionamos elementos, retomaremos a questão do imaginário, agora da própria gramática, conforme situamos no primeiro parágrafo desse sub-capítulo.

Para discutirmos que imaginário há de gramática, recorreremos a Auroux (1992, p. 68), o qual pontua que “toda gramática equivale pois a um corpus (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição linguística”. Através desse conceito, Auroux (*Ibidem*) nos mostra que a gramática é um todo enunciativo que, conforme percebemos, em nosso recorte de análise, estabelece uma sistematização e organização de saberes compilados que servirão de orientação para o estudo da língua. É através desse acontecimento linguístico que o autor situa o processo de gramatização. Para observarmos essa colocação, faremos referência ao instrumento linguístico, do qual retiramos o

corpus, e procuraremos, assim, compreender como as noções de Aurox funcionam na materialidade selecionada.

No discurso de *Apresentação* da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima, observamos que a posição-sujeito gramático faz uma reiteração de que a gramática possui um estudo gramatical cauteloso e seguidor da doutrina da língua. Tal marcação aparece em sequências discursivas, como “exemplificação dos fatos da língua”; “normas da modalidade culta”; “bem servir o ensino da língua”. Em tais sequências discursivas, compreendemos uma tentativa de divisão das seções da gramática, conforme Aurox (1992, p. 66) situa em sua obra: “uma gramática contém (pelo menos): a. uma categorização das unidades; b. exemplos; c. regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (...)”, com a finalidade de criar, inicialmente, um imaginário de organização acerca do que virá mais adiante. Nesses recortes, percebemos também um movimento de tentar criar, no imaginário do interlocutor, a ideia de completude e exatidão do que a obra contém. Ao lançar uso dos elementos linguísticos “exemplificação, norma e ensino”, a posição-sujeito dominante projeta um imaginário de que o sujeito leitor satisfará sua necessidade de compreender os fatos da língua, já que a gramática lhe propõe isso, já na *Apresentação*. Dessas três seções prescritas por Aurox (*ibidem*), nos deteremos no imaginário projetado em relação aos itens b. exemplos e c. regras.

Sobre a antecipação de que a gramática, na parte de exemplificação, está “retocada em não poucos pontos, e copiosamente enriquecida”, percebemos um empenho em antever o conteúdo, buscando assim criar uma imagem imersa na ideologia de que a compilação de uma série de exemplos bem selecionados promoverão a aptidão para falar a língua nacional. Passa, então, a funcionar um imaginário de que o instrumento linguístico em questão dará o fundamento para que se “formem” “sujeitos falantes ideais” da língua. Sobre o modo de intervenção dos exemplos no imaginário gramatical, Aurox (1992, p.67) pontua que

a constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos, (...) eles provêm de citações ou de excertos de um *corpus*, os exemplos testemunham sempre uma certa realidade lingüística.

Através dessa referenciação, acerca dos objetivos dos exemplos, percebemos que o autor assume a perspectiva de que a exemplificação é o meio pelo qual o conhecimento “acontece”, o que está também tratado no discurso de *Apresentação* de nosso trabalho.

Em relação às regras, Auroux (1992, p. 68) coloca que “as regras podem ser encaradas como prescrições (diga..., não diga...; diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições (na língua L..., é enunciado correto; eles dizem...)”. Através dessa definição, observamos, no recorte do *corpus*, que a noção de verdade, alocada no discurso, apresenta um engessamento dos sentidos, o que pode se notado especialmente no segmento “um livro norteado (...) por obsessiva busca de exatidão no sistematizar as normas (...)”. Com tal afirmação, percebemos que a anúnciação de que as regras são exatas promove um efeito de sentido de certeza de que o conhecimento apresentado possui clareza e suficiência.

Assim, após descrevermos o imaginário construído acerca da gramática, voltamos a retomar o fato histórico contemporâneo à criação e à publicação da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima. Isso será feito a partir da reconstituição de parte de suas CPs, as quais foram fundamentais para que esse discurso de *Apresentação* que hoje estamos trabalhando se formasse, especialmente, no ano de publicação da edição a que temos acesso, que foi 1991.

A primeira edição da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique de Rocha Lima, foi publicada em 1957. Historicamente, a década que precedia a publicação dessa gramática foi chamada de “Anos Dourados”. Nesse momento, o país buscava valorizar as matérias-primas nacionais, apesar de existirem investidas estrangeiras no sentido de comercializar e dominar o mercado daqui. A década de 40 significou como um período de preparo político e social para os investimentos econômicos e culturais da década seguinte, a de 50.

Os anos 50, então, foram marcados, politicamente, pela volta de Getúlio Vargas ao poder. Esse instante histórico construiu um amplo contexto de negociações internas e externas, as quais tiveram continuidade até por volta de 1963, quando entra o período militar e se fecha o mercado brasileiro para as

relações exteriores. Tal contexto, neste trabalho, é denominado de condições de produção da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, as quais podem ser definidas, conforme Pêcheux (1997), quando se referiu ao *processo de produção* como “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas” (p. 74), sendo essas “circunstâncias” o que ele designou como condição de produção de um discurso, estabelecendo relações entre circunstância e processo de produção. Com isso, podemos compreender que a relação entre Estado e sociedade estava amparada pela necessidade de produzir e evoluir internamente, o que se deslocou também para a iniciativa cultural, ao publicar um saber que guiou os autores para uniformizarem sua produção. Estamos, com isso, procurando mostrar que, embora a publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) tenha sido em 1959, seu projeto foi elaborado no mesmo ano de publicação da gramática de Rocha Lima, “Gramática Normativa da Língua Portuguesa” (1957), o que nos faz perceber que, em função de as CPs serem muito próximas, a NGB produziu, assim, forte influência no discurso sobre a produção gramatical deste autor⁴.

A NGB, ao ser projetada em 1957 e publicada em 1959, produziu um efeito sobre o discurso pedagógico dos autores, sendo, por isso, um marco de orientação acerca de como se poderia organizar gramáticas para a publicação, pois como não era filiada teoricamente, servia de modelo de consulta para todos os autores que dela quisessem se servir. Baldini (1998, p. 100) coloca que “ela se insere no quadro de trabalhos sem filiação teórica definida, mas, por um contraponto, foi filiada nas políticas lingüísticas do Estado”, o que acaba servindo como um discurso de condicionamento das massas por meio da publicação e efetivação nas escolas. Para o público especializado, entendido como professores, linguistas e demais profissionais, que fazem uso das regras da língua, a NGB significou uma “ferramenta” de facilitação para seus estudos, no sentido de que produziu uma orientação “clara” sobre a língua e o conseqüente imaginário formulado sobre ela, o qual era de ordem e unidade de sentido. A NGB veio, assim, para sistematizar as dispersões sobre o estudo da língua. Ao materializar um discurso “sobre”, possibilitou aos estudiosos da

⁴ É importante observar que Rocha Lima fez parte da Comissão de elaboração da NGB, embora isso não seja registrado em documentos oficiais de seu trabalho com a gramática em questão.

língua, como Rocha Lima, criar uma linearidade e organização da linguagem gramaticalizada.

Para a atualidade, a NGB continua sendo um modo de orientação e organização na produção dos instrumentos linguísticos, no sentido de que, segundo Baldini (1998, p. 100), “é parte de um processo de constituição de uma memória, de um espaço de remissão que permita aos autores de gramáticas se afirmarem enquanto autores de gramática ‘brasileiros’”, porém essa “organização” da língua não se confere como presente na realidade social do sujeito interlocutor, visto que, em seu uso, ele extrapola regras. O que percebemos é que a NGB serviu para limitar o uso da língua, conforme Augustini (2004, p. 51) nos refere “A NGB se deu como um modo de controlar a diversidade das gramáticas, procurando homogeneizar a teoria gramatical⁵, uma vez que havia uma ‘multiplicidade quase estonteante’ de gramáticas”. Ao declarar isso, a autora nos coloca que a publicação da NGB foi uma maneira de disciplinar, através da importância institucional que lhe cabia, o estudo da língua, fundando a noção de que a descrição apresentada, nesse instrumento linguístico, estava relacionada com caráter científico dos estudos feitos, o que Augustini (2004, p. 52) nos apresenta como “a gramática deixa de ser vista meramente como um instrumento para apre(e)nder a arte de falar e escrever corretamente e ganha estatuto de ciência, apresentando-se como uma descrição (científica) da língua”.

Partindo da noção de que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção” (PÊCHEUX, 1997, p. 76), refletiremos sobre o momento de produção da NGB, visto que ela pode ser considerada como um discurso fundador, tal como o concebe (ORLANDI, 2001). Sendo assim, elucidaremos primeiramente a noção de discurso fundador. A NGB se constitui como um discurso fundante porque ela funciona como uma referência, um lugar de formulação do dizer que vai transbordar em seus objetivos e seu tempo, alcançando outras produções e outros autores em tempos diferenciados. A NGB é um discurso fundador, no sentido de que afeta as

⁵ É importante explicar aqui que essa “teoria gramatical”, da qual Augustini (2004) trata, é compreendida como o conhecimento produzido na gramática, a partir das posições-sujeito, conforme vamos analisar. O fato de que a gramática não é filiada teoricamente é uma questão já tratada por inúmeros autores, entre eles Baldini (1998) e não pode, por isso, ser confundido com a colocação de Augustini (Ibidem).

posições assumidas pelo sujeito do discurso gramatical, seja ele, gramático, cientista, professor etc. , constituindo-se para ele como um saber próprio à FD que determina seu olhar sobre a língua. Dessa forma, a NGB constitui-se por saberes advindos de diferentes FDs e é no ponto de articulação entre estes saberes que podemos compreendê-la como um discurso fundante. Orlandi (2001, p. 7) coloca que “os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário desse país”. Com essa afirmação, podemos compreender acerca do discurso fundador que ele cria um espaço para sua discursividade, que extrapola o dizer, sendo refletido na exterioridade e em outros discursos. Os sentidos que constituem o discurso fundador não são estagnados; eles deslizam, deslocam-se, se (re)significam, dependendo das relações que estabelecem com as formações discursivas. Sendo assim, a NGB, sendo um discurso que funda um dizer perpetuado em outras produções gramaticais, está sujeita também a interpelar diferentes sujeitos, os quais, já possuidores de uma memória discursiva, produzirão um discurso reformulado, reorganizado.

A partir dessa publicação, os autores de gramáticas da época, em sua grande maioria, passaram a seguir um padrão de organização do conteúdo prescrito pela norma geral, imposta pelo Estado. A NGB serviu para orientar e reger as regras da língua portuguesa. Esse discurso é considerado fundador também, porque funda e institucionaliza um lugar do dizer, o qual serve de apoio ou norte para produções gramaticais. Esse discurso serviu de molde para que gramáticas fossem mais padronizadas e sistematizadas numa ordem de regras gramaticais que tem sido seguida pelos demais autores até hoje. O discurso da NGB instaurou um lugar de legitimidade para a gramática produzida por brasileiros, no Brasil, fazendo-a circular entre os intelectuais como a legitimação da identidade nacional.

Dessa forma, observamos que, ao mesmo tempo em que se padronizou um modo de se pensar sobre a língua, a NGB legou para a atualidade um discurso de repetição, visto que a sistematização do estudo da linguagem, em tópicos, após a publicação da NGB, apenas foi reproduzido durante todos esses anos. Isso nos leva a perceber que a produção do conhecimento linguístico, por “beber numa fonte” muito antiga, de antigos padrões de sintaxe, concordâncias, regências e todo o mais conhecimento científico gramatical,

acaba não se orientando para novas questões de língua, nos modos de significar e produzir sentidos pelas novas sintaxes possíveis de ser criadas. Assim, ao se anular novas produções de linguagem, compactua-se ainda mais com a NGB, que há anos vem mostrando o modo de significar a língua. Ou seja, segundo Orlandi (2002, p. 166),

essa prática do modelo teórico faz com que aquilo que não pode ser descrito por ele, que não está nele incluído, não exista. O peso dessa representação, desse imaginário, funciona na inércia que faz com que os que produzem conhecimento sobre a língua estacionem, ou melhor, se amparem em formas tradicionais de gramática, discutindo apenas seu entorno.

Essa constatação nos leva a perceber que o processo de ruptura e busca por uma produção de linguagem não totalmente posta pela NGB é um acontecimento que dificilmente se formará, em função da tradição que esse instrumento adquiriu ao longo do tempo e também pela necessidade que essa produção tem de legitimar o uso da língua, seja para fortalecer o Estado ou até mesmo fortalecer a fronteira social daqueles que falam “bem” e daqueles que falam “mal” a língua.

1.2.3 Sobre o silêncio nas tomadas de posição-sujeito

Por esse momento, objetivamos pontuar que a história possui um papel fundamental na formulação desse discurso, em análise, pois ela instaura redes de memória, as quais permitem à posição-sujeito acionar ferramentas e saberes que explicitam sua insistência na norma. Michel Pêcheux (1999, p. 50) afirma que “memória deve ser entendida como sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social escrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Da mesma forma, Orlandi (2003, p. 30) pontua que a memória “tem suas características, quando pensada em relação ao interdiscurso”, sendo este “definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, ou seja, é a memória discursiva. [...] O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (p. 31). Em nossas análises, o interdiscurso funciona

como uma rede de memória, trabalha na *Apresentação* através do silenciamento. Ou seja, há uma memória, um interdiscurso funcionando, pelo dito e pelo silenciado. A regra é enunciada e o que é da ordem do “erro”, da performance individual do sujeito, é silenciada, devendo ficar de fora da gramática.

As posições-sujeito assumidas nesse discurso silenciam a posição primeira, que é aquela que fundou, no sujeito, um discurso sobre a língua, isto é, a posição-sujeito de falante da língua materna, por exemplo, é “abafada”; não há discursivização sobre esse dizer que confronta a norma. Para Orlandi (1999, p. 31), pensar o silêncio não significa pensar ausência de sentido; ao contrário disso, o silêncio é presença de significado, ou seja, “é a matéria significante por excelência”. A partir disso, podemos considerar que o silêncio significa em função dos efeitos que o não dizer produz, pois ele atravessa a materialidade linguística e passa a ter sentido em função das condições de produção e dos sujeitos.

O silêncio não é ausência de linguagem, de significado e de sentido; também não é “complemento de linguagem. Ele tem significância própria; o silêncio não está apenas “entre” as palavras. Ele atravessa a materialidade linguística, produzindo efeitos no imaginário dos sujeito e conseqüentemente se produz uma ilusão de sentido entre locutores. Dessa forma, compreendemos que o silenciamento da posição-sujeito falante emerge em questionamentos sobre a posição-sujeito gramático, buscando observar como ocorre esse silêncio e de que relações de sentido este sujeito se apropria para poder “calar” a posição primeira.

A memória silenciada dessa posição deixa vestígios de um modo de significar, o qual a articula à língua como um compêndio de regras a serem seguidas. Tal articulação é promovida pela posição-sujeito gramático, assumida por aquele que produz esse saber como posição dominante. Dessa forma, a posição-sujeito gramático pontua um saber e uma posição de conhecimento que o colocam como uma autoridade em termos de produção de gramáticas. No entanto, ao referendar um saber próprio da regra e do científico, essa posição-sujeito silencia a sua base de constituição, que é a relação do sujeito com a língua materna, como relação primeira de falante. A memória, que atualiza as regras gramaticais, cumpre seu papel de perpetuar a

noção de “correto”, ao mesmo tempo em que contribui para silenciar a noção de diferente, de não correto da língua, a qual, em sua própria estrutura, já traz “furos”, ou seja, lugar para o diferente. Assim, divide-se também o sentido de língua; para a escrita literária, há lugar na gramática, mas para a oralidade ou qualquer outra forma de escrita, cabe o não-lugar, o silenciamento do sujeito que produz gramática.

Dessas concepções sobre o silêncio, “como condição de significação, resulta que há uma incompletude constitutiva da linguagem” (ORLANDI, 1999, p. 71), a qual, em nosso trabalho, é compreendida como uma forma de o sujeito gramático intervir, às vezes, sucumbir e manter sua relação de força sobre a língua. O sujeito falante é silenciado e, junto com ele, são “amortecidas” também todas as variações de desnivelamentos possíveis da língua. O silêncio percebido, em nossa discussão, é uma estratégia de apagamento de sentidos, já que as condições de produção da gramática escolhida são contemporâneas da produção da NGB. Isso nos leva a considerar que o sujeito gramático estava, em tal período, interpelado pela sistematização da língua.

Segundo a autora (Ibidem), “a busca da completude da linguagem – o que implicaria ausência de silêncio - leva à [pode levar] à falta de sentido”, ou seja, procurando apropriar-se da língua, a partir da ilusão de completude sobre o sentido, o sujeito gramático sistematiza regras de funcionamento do dizer, as quais acabam por, como já colocamos, fazer “emergir” o destoante; aquilo que não é dito, mas que também significa a partir do silêncio que produz.

PARTE II

2 A GRAMÁTICA: INSTRUMENTO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL

Apesar de a NGB ter sido publicada somente em 1959, como já dissemos, ela teve a formação de suas bases dois anos antes, contando com Comissão designada pela Portaria Ministerial número 152/57, constituída pelos Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, e assessorada pelos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia. Tal momento teve decisiva influência no discurso do sujeito gramático com o qual estamos trabalhando. Orlandi (2001, p. 28) explicita parte da questão colocando que

em 1959, instaura-se a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Esta nomenclatura foi estabelecida por um decreto do Ministério da educação e da Cultura e tornou obrigatória (oficial) para o ensino no Brasil uma nomenclatura (fixa) dos fatos gramaticais: partes da gramática, classes das palavras, etc. Esta Nomenclatura decretada pelo Estado anula os efeitos de uma posição original de autores assumida pelos gramáticos. Estes não falam mais dos fatos da linguagem, eles repetem uma nomenclatura que lhes foi oficialmente imposta.

Sendo a NGB um discurso fundante, é a partir dela que as gramáticas se reorganizaram. Para pensarmos a gramática no Brasil, precisamos primeiramente nos reportarmos a um importante momento histórico nacional brasileiro: a chegada e instalação do sujeito luso. É este quem (funda) aqui uma língua que será “adotada” pelo Estado-nação e edificada a um status de identidade nacional.

O começo da ocupação portuguesa no Brasil iniciou-se em 1500, mas somente a partir de 1530, Portugal muda sua posição de explorador para explorador e colonizador da terra. Em função desse novo olhar político, Portugal trouxe núcleos de povoamento da Europa, os quais possuíam, além de cultura própria, também a língua portuguesa de Portugal, que passa a constituir, junto com outros elementos, o Brasil enquanto nação. Aqui, essa língua se relaciona com elementos simbólicos e concepções nacionais, construindo uma forma de dizer pela mesma materialidade linguística, mas com valores e sujeitos afetados por uma forma de pensar diferente. Durante todo o período de 1500, até o momento político da independência do Brasil, a língua funciona como um aparelho de auto-afirmação portuguesa sobre o povo colonizado, servindo como estratégia de apagamento da língua nativa.

Isso é feito através de documentos que circulam em língua lusa, sobretudo a partir de 1822 (independência) e 1889 (declaração da República). Segundo Augustini (2004, p. 49),

Com a independência do Brasil (1822) e o estabelecimento da República (1889), torna-se viável e necessária a instituição de uma língua nacional. Nesse quadro de convergência, a gramatização brasileira se dá pela assunção da língua (nacional) a um saber sobre ela constituindo-se como um modo de produzir uma identidade lingüística para o brasileiro, dissociando-a do português de Portugal. A língua brasileira se torna, por conseguinte, uma questão de interesse nacional (o da constituição de uma língua nacional e oficializada) e objeto de registro de uma realidade já consistente e documentável (...). Os textos gramaticais afirmam a unidade lingüística (imaginária) entre os dois domínios – o português e o brasileiro (...).

Com a não resistência em relação ao domínio linguístico, já que as línguas da terra cediam espaço para a língua do colonizador, em função de que as ocorrências daquela davam-se apenas em situações restritas, como dentro de casa ou entre grupos limitados, a Língua Portuguesa consolidou suas

bases, despertando a necessidade de uma descrição ou catalogação de seus usos e empregos, o que faz, então, surgir os primeiros dicionários e gramáticas.

2.1 NGB: instauração e determinação do sentido

A gramática, enquanto instrumento de organização da língua, começou a aparecer no final do século XIX. Esse fato é concomitante à necessidade de fazer circular a produção nacional; assim, esse final de século assiste à proliferação de trabalhos de brasileiros para brasileiros. Nessa perspectiva, inicia-se um processo de gramatização no Brasil, o qual buscava, por consequência, estabelecer um processo de consolidação da identidade nacional via língua. A circulação da gramática, em fins do século XIX, aconteceu com a finalidade de formar uma produção nacional circulante no meio escolar para assim firmar a língua portuguesa do Brasil, via institucionalização do saber.

Orlandi (2001, p. 25), sobre o processo de gramatização, afirma que um fato decisivo para esse acontecimento foi “o Programa de Português para os Exames Preparatórios organizado em 1887, por Fausto Barreto, professor do Colégio Pedro II”. A partir de então, muitas gramáticas são publicadas em função desse programa, que assumiu uma espécie de responsabilidade de institucionalização do saber em relação à língua portuguesa do Brasil. Esse momento de publicação marcou o início do movimento de desvínculo com a tradição lusa em relação à produção linguística.

O Programa de Fausto Barreto se distribuiu em 46 itens, dando uma organização mais clara acerca do estudo da língua. Gramáticos contemporâneos a essa publicação, como Júlio Ribeiro, aprovaram a ideia, pois viram nesse feito um estudo sólido sobre a ciência da linguagem (ORLANDI, *Ibidem*). Um outro linguista, Maximino Maciel, reflete sobre o Programa, apontando a produção como algo “novo” dentro da gramatização nacional. Maximino Maciel (1894, p. 502 apud Orlandi, 2001, p. 26) declara que “este programa marcou uma nova época no ensino da língua e emancipou o vernáculo das doutrinas retrógradas dos autores portugueses que eram

adotados”. Essa publicação do programa de 1887 constitui-se como um momento de estruturação do discurso gramatical, no sentido de que acreditamos ter sido um momento que determinou mais tarde a produção gramatical brasileira; ou seja, compreendemos que ele lançou as bases de organização para a NGB refletir sobre sua publicação. O Programa de Fausto Barreto, ao organizar tópicos de discussão sobre a língua, criou condições de sistematização da mesma, o que foi posteriormente aproveitado no modo de pedagogizar as regras da língua.

Inúmeras publicações se sucederam, a partir de 1887, no sentido de posicionar a palavra “língua” como componente de título das gramáticas. Tal iniciativa provém da consciência estimulada para compor uma identidade nacional reveladora do modo de pensar brasileiro. Para tal fim, Orlandi (2001, p. 25-26) coloca que autores, como Pacheco Silva e Lameira de Andrade, publicaram obras como “A Grammatica da Língua Portuguesa”, construindo uma nova sintaxe para o título da obra, ou seja, um novo título que buscava marcar o lugar da língua, sendo ela portuguesa. Até por volta de 1887, era frequente publicações gramaticais, como a de Júlio Ribeiro, enfatizarem como título geral “Grammatica Portugueza”; no entanto, com o Programa de Fausto Barreto, o elemento “gramática” perdeu a predicação “portuguesa” e passou a relacionar-se com “língua”, termo este que estava povoando o imaginário da produção linguística da época.

A autora (Ibidem) coloca ainda que um outro autor adota a mesma perspectiva de linguagem, tomando a língua em si, independentemente do fato de ser “ser portuguesa”: é a gramática de Antonio Álvares Pereira Coruja, intitulada “Compendio de Grammatica da Língua Nacional”. Essa publicação reforçou a nova ordem do programa, colocando uma relação de pertencimento entre sujeito usuário e estudiosos da gramática de língua nacional.

Assim, observamos que a gramática tem um histórico de formulação que cria “forma” a partir do modo como ela é organizada e publicada. Nesta dissertação, então, abordamos a gramática, pensada num determinado momento histórico para a língua portuguesa nacional: a publicação da NGB. É a partir dessa fundação que nos embasamos para tratar as posições assumidas pelo sujeito gramático em seu discurso, bem como as condições de

produção desse discurso, as quais também foram responsáveis, em parte, pelo imaginário de língua que temos até hoje.

Considerando nosso *corpus* de análise, observamos a necessidade de se definir dentro dele a noção de “verdade” sobre a língua, sendo esse um discurso ressonante da NGB, que busca a retomada de sentidos ou regras da língua. Baldini (1998, p. 98) faz um estudo sobre o modo de referenciar a NGB, analisando, para isso, a predicação entre os termos. Tal estudo nos mostra que “a nomenclatura gramatical aproxima-se bastante de uma gramática propriamente dita”. Percebemos assim que, embora tenha um caráter oficial, a NGB propõe estudos práticos sobre a língua, ou seja, propõe um discurso e uma organização dos saberes que se pretende de fácil acesso e compreensão do interlocutor. O autor (1998, p. 99) refere ainda que:

uma nomenclatura gramatical funciona como um discurso sobre a metalíngua e regula o papel da autoria no discurso em segundo nível. Em outras palavras, uma nomenclatura gramatical procura regular a interpretação ao fixar sentidos pela metalíngua, num nível imediatamente inferior ao da gramática.

Compreendemos, então, que a formulação sintática *Nomenclatura Gramatical Brasileira* busca fixar primeiramente a noção de verdade; ou seja, ao utilizar-se do sintagma “nomenclatura”, estabelece o uso de uma designação que intitula a gramática referida. A predicação adjetiva “gramatical brasileira” qualifica e designa o sintagma “nomenclatura” promovendo o sentido de que a língua possui uma instrumentalização, que, no caso, é uma ordenação referida em gramática e de valor nacional, no caso brasileira.

Com essa descrição, é possível depreender que a NGB firma a composição da língua brasileira, estabelecendo mecanismos de produção e leitura dessa língua, o que irá interferir no modo de representação dos sujeitos na e pela língua.

2.1.2 A circulação da gramática

Buscando rever o surgimento das primeiras gramáticas, percebemos, a partir de Orlandi (2002, p. 123), a reflexão sobre esse instrumento linguístico,

considerando a história da colonização, enquanto um momento que instituiu a língua nacional e serviu de condições de produção aos primeiros instrumentos de língua. A autora (Ibidem), procurando ver que acontecimento ocorreu para que a língua fosse alocada para os estudos de linguagem, refere que:

a articulação entre a constituição do saber metalingüístico e a constituição da língua nacional se sustentam na observação do papel desempenhado pela ligação necessária entre unidade e diversidade presente nos estudos sobre a língua e na constituição de uma língua nacional relacionada a seus falantes e a seu ensino.

Com esse dizer, Orlandi (2002) nos coloca que há uma relação entre a descrição da língua (saber metalingüístico) e a constituição da língua nacional, no sentido de que o Estado buscou sua consolidação também pelo linguístico. Ao reconhecer-se a língua dos falantes como Língua Portuguesa do Brasil, o país passou a constituir-se por uma relação identitária, entre falantes e língua, gerando a chamada língua nacional. Assim, a história da constituição dessa língua serve para refletirmos sobre como essa língua portuguesa se consolidou e passou a ser amplamente divulgada e normatizada em manuais e principalmente gramáticas. É sabido que “a partir do século XIX começa a produção de gramáticas brasileiras da língua portuguesa” (Orlandi, 2002, p. 124), o que afeta o modo de tratar e pensar a língua falada e escrita; esse material publicado mantinha-se ancorado em regras de uso utilizadas em Portugal, o que, de certa forma, ao invés de firmar a identidade nacional, estava estendendo o pensamento luso, não singularizando dessa maneira o sujeito brasileiro.

Para assegurar sua autonomia, o Estado determina políticas linguísticas, que visam firmar sua consolidação. Orlandi (2007, p. 8) coloca que:

quando falamos de Política Lingüística enquanto Política de Língua, damos à língua um sentido político necessário. [...] Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em políticas de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, no espaço políticos de seus sentidos.

Com isso, o Estado assegura seu poder sobre o povo através da definição de “que língua se fala, com que estatuto e os modos de acesso a ela

– pelo ensino, pela produção de instrumentos linguísticos” (Orlandi, 2002, p. 125). O Estado passa a atuar no sentido de dar à população uma escolarização, que se apresenta por meio da deflagração de uma língua nacional imaginária. Mariza Vieira da Silva, em seu artigo publicado em *Política Lingüística no Brasil* (2007, p. 141), afirma que:

Em um país multilíngüe e colonizado como o Brasil, a gestão político-pedagógica, a tomada de posição das instâncias de poder face à língua com o objetivo de regular as práticas languageiras e as forças sociais em jogo, a disciplinarização do sujeito em seus trajetos de memória, foram fundamentais para a criação de um País, de um Estado, de uma Nação.

A consolidação, institucionalização e funcionamento da língua para a constituição de um estado-nação passam pelo modo como essa língua é “tratada”. Como observamos na reflexão de Silva (2007), o Estado, através de práticas de controle, pelo viés da escola, estabeleceu as possíveis relações entre sujeito/língua/nação. Esse controle, na maioria das vezes, era viabilizado por materiais didáticos, como a gramática, a qual até os anos 70, é instrumento tecnológico resultante da gramatização; entretanto, agora, com as gramáticas escolares, facilitadoras da aprendizagem, passando ao livro didático, produziu-se um imaginário de língua entre os sujeitos “comuns”, bem como entre tais sujeitos e o Estado. Buscando compreender melhor essa relação, podemos colocar a questão da seguinte forma: ao se produzir um “padrão” de língua, instituído pela gramática, esse sujeito, que podemos denominar de A, avalia a língua que fala como uma “ferramenta de inclusão social”, ou seja, uma forma de se sobressair em relação àquele, sujeito B, que não domina as regras. Entendemos que a língua, da qual tratamos, materializa-se por práticas sociais e linguísticas, instituídas por Portugal, enquanto lugar do colonizador, que deixa como herança sua língua, e por um Estado, em fase de formação identitária, que luta, num segundo momento, por um ideal de língua (gramatizada), existente no imaginário do sujeito que assume a posição de gramático. Com isso, cria-se um espaço simbólico sobre as práticas de linguagem, as quais ajudam a sustentar a posição social que o sujeito A ocupa. Já em relação ao Estado, o sujeito A procura, através de uma *profissão de fé*⁶,

⁶ Título do texto de Apresentação de Rocha Lima.

desempenhar um papel de consolidação e manutenção do sistema, isto é, da norma. Através disso, podemos dizer que tanto sujeito A, quanto o B estão são interpelados pelo discurso gramatical, queremos dizer, pela formação discursiva que constrói um imaginário de língua nacional, sendo isso inconsciente e sujeito a falhas e a resistências.

2.2 A consolidação e o funcionamento da língua

O processo de estabilização da língua portuguesa no Brasil passa pelo modo como ela é apreendida nos instrumentos linguísticos, bem como pela relação que o sujeito brasileiro estabeleceu com ela. Diante disso, a língua passa a existir em uma “construção discursiva do referente que cede lugar à distinção e à classificação” (Orlandi, 2002, p. 127). A língua se institucionaliza a partir do momento em que o sujeito daqui começa a construir referências conceituais com base em suas próprias condições de produção. Ele procura referendar os sentidos, em sua realidade social, criando, com isso, uma historicidade na língua. Sobre a evolução do modo como a língua passou a ser compreendida e tratada, Orlandi (Ibidem) coloca que

a operação referencial nome-coisa dá lugar à atividade conceptual nome-nome (dicionários), que vai provendo a língua praticada nessa situação enunciativa de um novo regime de funcionamento na relação entre unidade/diversidade: a unidade não refere o português do Brasil ao de Portugal, mas agora às variedades no Brasil. Garante-se, assim, a unidade necessária do português-brasileiro referido a seu funcionamento nessa sua historicidade, o que lhe dá singularidade. A variação não é em relação a Portugal, mas em relação à diversidade concreta produzida nesse território, nesse novo espaço de comunicação.

Esse deslocamento da língua dentro do Estado brasileiro da posição de “ferramenta” de comunicação entre colonizador e colonizado para uma seguridade de identidade nacional acontece a partir de variados acontecimentos, como a autora nos coloca, e principalmente, pela maneira como o sujeito brasileiro passa a perceber e a significar socialmente. “Se a colonização impõe uma língua, a historicização da língua faz com que essa mesma colonização sofra um deslocamento visível no processo de

gramatização” (ORLANDI, 2002, p. 128). Isso nos leva a compreender que o sujeito brasileiro, por construir novas referências para o dizer, movimenta com isso os sentidos. Conseqüentemente, esse sujeito começa a produzir uma língua que perde, na fala, a identificação com as referências lusas; isso contribui para uma espécie de deslocamento da colonização, ou seja, o sujeito colonizador perde poderes sobre o colonizado, no tocante à produção de sentidos na língua. Com tal acontecimento se consolida um pensamento nacional de língua, o qual passa a ser ancorado dentro da gramática. “A gramática, nessas condições, é instrumento de legitimação, dá foros de universalidade, significa o direito unidade (imaginária) constitutiva de toda identidade” (ORLANDI, *Ibidem*), o que nos mostra, então, o movimento de legitimação da língua, enquanto identidade de um povo.

2.2.1 Os movimentos da/na língua e sua apreensão na gramática

O trabalho com o instrumento linguístico-gramatical requer de nós, estudiosos da Análise de Discurso, uma compreensão ancorada nas condições de produção desse material. Buscando observar isso, trabalhamos nosso corpus de análise, que é o discurso de *Apresentação* da gramática, na relação que ele tem com a exterioridade, no sentido de trazer à tona as CPs. Assim, nossa escolha se justifica por vermos, nesse objeto, um entrecruzamento histórico que inicia uma explicação sobre a constituição desde sua instauração em território nacional, até os dias atuais, quando percebemos as alterações e os movimentos de sentidos constituindo essa língua de uma forma que revela sujeitos de diferentes formas. Luiz Francisco Dias (2007, p. 183) explicita uma noção de gramática importante para nosso trabalho, colocando que ela “se constitui como um instrumento de visibilidade do funcionamento e da história das línguas”. A gramática é, nesse sentido, um modo de apreender e disseminar a língua, podendo, além disso, constituir-se como um instrumento de poder. Dessa forma, nosso objetivo é observar como essa relação de poder se apresenta e se institui no discurso-objeto deste trabalho.

“A produção de saberes sobre a língua fica bastante evidente em torno de 1887 (ORLANDI, 2002, p. 130), com Júlio Ribeiro (1881) e João Ribeiro

(1887)”, os quais evidenciam uma sociedade pré-disposta a esse investimento e a firmar o processo de gramatização no país. A autora classifica as gramáticas em *histórica* e *filosófica*. Eduardo Carlos Pereira (apud Orlandi, 2002, p. 130) coloca que a histórica diz respeito à tendência moderna, e a filosófica tem relação com a tendência tradicional. O conhecimento, nesse espaço produzido, reportava a explicações metalinguísticas, que buscavam elucidar além de normatividades, também relações teóricas e históricas do processo de constituição da língua. Rasia⁷ nos coloca acerca do modo de produção gramatical que:

As formulações gramaticais, de ordem metalingüística, produzem o ponto de encontro da língua com o discurso – é com a língua que se fala sobre a língua, o que torna possível a reconstituição, a partir da materialidade lingüística, da materialidade histórica dos enunciados e de suas condições de produção. É esse movimento que confere sustentação à noção de que a língua funciona como articuladora dos discursos e da história.

Com isso, compreender o processo de organização da língua, por parte de autores que formulavam um discurso sobre o saber metalinguístico é importante para nosso trabalho, no sentido de que podemos, assim, relacionar como e com quais condições de produção o discurso gramatical se articula .

As gramáticas conseguem uma circulação efetiva em final do século XIX, com as instituições escolares, as quais passam a adotar autores importantes da língua nacional. Entre eles, estão, conforme Orlandi (2002, p. 131):

a) Júlio Ribeiro (1881). *Gramática Portuguesa*, Colégio Culto à ciência, Campinas, São Paulo.

b) João Ribeiro (1887). *Gramática Portuguesa*, Colégio Pedro II (professor de História), Rio de Janeiro.

c) Maximino Maciel (1887). *Gramática Analítica (Descritiva)*. Colégio Militar do Rio de Janeiro.

d) Pacheco Silva e Lameira de Andrade (1887). *Gramática da Língua Portuguesa* (para uso dos ginásios, liceus e escolas normais), no Rio de Janeiro.

⁷ Texto publicado na Internet “As línguas dos brasileiros e as línguas dos Estrangeiros na 2ª república: a memória que Teceu o duplo lugar dos barbarismos”, de Gesualda Rasia.

e) Eduardo Carlos Pereira (1907). *Gramática Expositiva*, Ginásio Oficial, São Paulo. Em 1914 publica sua *Gramática Histórica*.

A autora (Ibidem) nos coloca que a gramática de Júlio Ribeiro “se reporta ao naturalismo e se inscreve na tradição anglo-germânica”; Eduardo Carlos Pereira, “com sua *Gramática Expositiva* em sua ligação à tradição da gramática geral considera que as formas linguísticas expressam sentidos, e têm objetivos mais diretamente pedagógicos”. Essa última gramática teve um número de 102 edições no país, tendo seu declínio com a publicação da NGB na década de 50. Para Orlandi (Ibidem), Eduardo C. Pereira é um “lugar de referência absoluto, pois ajuda a constituir o processo de gramatização brasileira”. Além desse autor, outras medidas contribuíram para o “movimento de institucionalização da relação do brasileiro com sua língua” (ORLANDI, 2002, p. 132), como “a fundação das escolas, no Império e no final desse período, com a vinda da República, o que sustentou o pensamento lingüístico nacional” (Ibidem). As gramáticas do século XIX materializaram o pensamento social, movimentando uma língua da categoria de colonizadora para uma língua com estatuto brasileiro, já que era falada e escrita entre brasileiros.

Para compreendermos as condições de produção das gramáticas brasileiras, é importante nos voltarmos para conceitos de autores do século XIX e vermos como eles olham a produção gramatical, procurando observar que efeitos de sentido provocam com isso. Para tanto, nos apoiaremos em Orlandi (2002), já que a autora compila alguns conceitos dos instrumentos linguísticos articulados pelos próprios autores desse material. Assim, Orlandi (2002, p. 133) começa com o discurso de Júlio Ribeiro, de filiação filosófica, o qual propõe que:

se pense a gramática como uma exposição de fatos ou como exposição metódica dos fatos da linguagem, acrescentando que a gramática não faz leis e regras para a linguagem, ela expõe os fatos dela, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade.

Essa colocação de Júlio Ribeiro, reportada por Orlandi (Idem), propõe que a gramática exponha fatos não como leis, e sim como um discurso a ser apreendido, reconhecendo que a produção gramatical precisa ser compreendida como um conhecimento facilitador para o interlocutor e não como um conteúdo regido de leis que precisam ser fixadas. Ou seja, o embate norma

versus língua precisa ser minimizado, a fim de que o conhecimento da gramática produza sentido para quem o procura.

Julio Ribeiro, segundo Orlandi (2002, p. 133), procura fundar que o conhecimento da língua acontece pelo movimento que ela apresenta entre os sujeitos falantes. Ou seja, não há necessidade de controlar o dizer; este vem com o uso.

Já em João Ribeiro, conforme Orlandi, a “gramática é a coordenação e exposição das regras da linguagem” (2002, p. 133). Nessa definição, é interessante observar o elemento “coordenação”. “Coordenar” carrega a noção de ordem, de regramento. Com isso, podemos entender que o conceito de gramática, para esse autor, passa pela necessidade de estabelecer critérios para aprender a língua.

Orlandi (Ibidem, p. 133) ressalva essa divisão: “o fato de que uma é mais formal e outra menos pode ser ilusória, sendo isso visto na distinção que Júlio Ribeiro estabelece a diferentes gramáticas”. A autora afirma que Júlio Ribeiro coloca uma “gramática geral; uma particular e uma portuguesa”. “Cada uma dessas divisões defende uma exposição metódica em função da categoria que se insere”, Orlandi (Ibidem, p. 133)

Orlandi (2002, p. 134) transcreve João Ribeiro, o qual tem filiação na gramática histórica, pontuando que ele “evidencia a noção de regra, colocando que as leis representam tendências em dado grupo étnico e lingüístico”. Com isso, podemos compreender que autores diferentes, ao conceituarem a gramática, dão a ela um caráter de tom mais ou menos normativo, pois colocam como critério de compreensão a regra ou modo de entendê-la. Esses dois conceitos de João Ribeiro e Júlio Ribeiro servem-nos de apoio para refletirmos, mais adiante, sobre o olhar que o gramático da atualidade tem sobre seu objeto de trabalho.

Estas referências historicizam os deslocamentos conceituais acerca de gramática, o que nos enseja a pontuarmos como, hoje, nos posicionamos sobre esse instrumento de língua. Partindo do fato de que nosso *corpus* repousa na seção de *Apresentação*, verificamos que as sequências discursivas produzidas, nesse momento introdutório, apresentam um dizer que carrega uma noção de pureza da língua. Dessa forma, conforme Auroux (1992, p. 69) gramática

não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la como um instrumento lingüístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo interlocutor.

Esse conceito institui a noção fundante do instrumento lingüístico gramatical: compactar regras que não estão ao alcance do interlocutor, ou seja, a gramática, enquanto instrumento lingüístico carregado de uma pré-disposição para alicerçar a língua e seus valores, funciona como estatuto diferenciado que “orienta” quem não tem acesso ao conjunto de regras que norteiam a produção de sentidos pela língua. É nessa concepção que se alicerçam as gramáticas através do tempo.

2.2.2 A produção de gramáticas brasileiras

Considerando a instauração da gramática em território nacional, bem como suas condições de produção, compreendemo-la como um instrumento lingüístico que pretende negociar, no sentido de se fazer aceita, o modo como a língua deve ser usada, partindo de um discurso argumentativo sustentado por alguns lugares sociais, compreendidos como posições pelas quais o sujeito, produtor desse conhecimento, transita. Segundo Augustini, (2004, p. 59),

a gramática somente é uma gramática porque não cai no cientificismo, porque não se reduz a uma análise lingüística, mas se produz por uma poética da adição de contraditórios. Poética essa que desloca o autor, ora ao lugar social de locutor gramático (normatizador), ora ao lugar social de locutor cientista da linguagem (na atualidade, o lugar social de locutor lingüista), ora ao lugar social de professor (didatizador) decorrendo da relação desses lugares sociais de locutor a complexidade enunciativa da gramática e a sua tessitura enunciativa que recobre diferentes discursividades.

Através dessa colocação, a gramática é entendida como um instrumento lingüístico político heterogêneo, do qual emergem posições-sujeito constituídas ao longo da história, as quais (re) produzem e reatualizam os efeitos do já dito, tentando produzir novos dizeres atuais sobre a linguagem.

Sendo assim, é pela língua que o poder simbólico, através desse instrumento, constrói suas bases. A gramática produzida, no Brasil, passa a circular em meios educacionais e, com isso, determina o bom uso da língua, servindo de ferramenta de intervenção do poder sobre o outro. Nesse sentido, a produção da gramática funciona como ferramenta de consolidação de uma política de língua, que além de condicionar a todos que conhecimento de língua é preciso ter dentro de um Estado-nação, também firma a identidade nacional, instituindo uma noção (ilusória) de igualdade entre os sujeitos dessa língua.

Diante disso, observamos que uma política de língua é o modo como o saber é regido e determinado histórica e socialmente, bem como o modo como os sujeitos discursivos, em nosso caso, as posições-sujeito já colocadas se relacionam com isso. Considerando o que Eni Orlandi trabalha, pontuamos que, ao se ter uma política de língua, entendida, nesse caso, como a produção de gramáticas brasileiras, a qual determina como a língua faz sentido, tem-se, ao mesmo tempo, um modo de controle do Estado sobre a nação.

PARTE III

3 DISPOSITIVO METODOLÓGICO: ESCOLHAS E REFLEXÕES

A partir do “modo” de funcionamento da língua e do sujeito, em condições de produção bem determinadas, selecionamos, como instrumento linguístico de análise, a gramática de Rocha Lima, tendo como referência a publicação do ano de 1991⁸, sendo esta edição sub-titulada como “revisada e enriquecida” pelo próprio sujeito Rocha Lima. A escolha dessa gramática deve-se, primeiramente, ao fato de que ela foi, em sua 1ª edição, publicada em 1959, sendo contemporânea da NGB, o que é importante para observarmos como hoje o discurso gramatical reproduz efeitos de sentidos já postos, bem como promove deslocamentos sobre eles. Em função de ser, segundo o autor, uma gramática “revisada e enriquecida”, na edição atual, sabemos que, de um lado, ela traz elementos postos na década de 50 e, por outro, ela tenta se renovar. A escolha dessa gramática deve-se ao fato de que ela é normativa por excelência, já que se inscreve em condições de produção próximas às da NGB,

⁸ Essa publicação refere-se à 31ª edição.

constituindo-se como um observatório de um discurso alocado em redes de memória mantenedoras da norma e resultado do trabalho da ideologia, que fortalece as posições-sujeito ali presentes. Por fim, o que nos levou a essa gramática é o fato de que ela é produzida pelo sujeito-autor Rocha Lima, o qual, além de ter sido referência, em determinada época, para o ensino escolar e universitário, está, hoje, ainda, presente nas principais bibliotecas, revelando-se como objeto de consulta de professores e estudantes da língua e da gramática.

Nossa análise aborda a descrição do instrumento linguístico, sobretudo, na seção de *Apresentação*, de onde emerge um dizer que pretende orientar o leitor. Compreendemos a gramática como aquele instrumento que busca tirar *dúvidas* sobre o modo de funcionamento da língua e a *Apresentação* como uma “pré-face” da gramática, lugar que apresenta o livro, mas que deve seduzir diferentes leitores, para que escolham esta gramática em detrimento das outras existentes.

Para dar conta dessa discussão, buscamos tratar a questão do sentido diretamente relacionado com a questão da história (Orlandi, 2003, p. 95), observando que eles “andam”, transitam no tempo. Em determinadas épocas, palavras, textos, enfim, discursos, encontram-se com determinada “espessura” semântica que, muitas vezes, é transitória. Essa movimentação nos coloca num lugar de reflexão sobre o funcionamento do saber gramatical. Nessa perspectiva, buscamos olhar o modo de significar daquele que produz esse conhecimento, ou seja, o sujeito gramático, o qual constitui seu discurso a partir de uma posição afetada por concepções de língua, pela ideologia e pela história.

A partir dessas considerações iniciais, passamos a refletir sobre o *corpus*, no sentido de assinalarmos como nos movimentamos na discussão. Propomos uma sub-divisão, a qual materializa as posições-sujeito presentes no discurso de *Apresentação*. Para tal, nos inscrevemos em um “gesto de interpretação” próprio de um analista de discurso, sobre o qual Orlandi (1996, p. 95) refere que

a ligação entre o que faz um homem um ser simbólico e o homem como ser histórico está na interpretação. Se, de um lado, os fatos reclamam sentido (P. Henry, 1989) e, por outro, o homem está

condenado a significar (E. Orlandi, 1990), é esta relação entre essas duas necessidades, a dos fatos e do homem, em relação ao significar, que constitui o cerne do gesto da interpretação, e sua eficácia ideológica.

Com o objetivo de visualizar o discurso funcionando, para então percebermos os deslocamentos de sentido, mobilizamos categorias analíticas e trabalhamos com as posições-sujeito, estando cada uma delas interpeladas por formações discursivas capazes de deflagrá-las como lugares de manutenção-transformação do discurso gramatical. Essas posições emergem do trabalho da ideologia sobre o sujeito, visto que ao interpelá-lo (o sujeito), colocando-o na identificação com determinados saberes, constitui para o sujeito um lugar social “sempre determinado ideologicamente”.

Assim, concordamos com Augustini (2004, p. 68) quando a autora declara que

considerar as formações imaginárias leva-nos a trabalhar o discurso da gramática como processo histórico de constituição das relações de poder que configuram um lugar social de locutor específico, institucionalizado e padronizado para o gramático: a posição de saber a língua e (conhecer) seu funcionamento.

É nesse fundamento que começam a tomar “forma” as posições do discurso; é pela posição assumida pelo gramático, enquanto estruturante da língua, embora não a primeira, pois há a posição-sujeito falante que é “precedente”, que se estabilizam as demais.

No emaranhado de saberes e sentidos, que é o discurso, articulam-se as posições a partir do imaginário que constituem; como afirma Augustini (2004, p. 68) “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias, esboçando o modo pelo qual a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso”.

Então, a partir desse referencial, retomaremos o quadro de imaginários proposto por Pêcheux e colocaremos a nossa compreensão do modo como os sujeitos do discurso, ao tomarem a posição A ou B, se articulam e se constituem enquanto efeitos de sentido no e pelo discurso.

3.1 Por uma descrição do *corpus*

Este texto apresenta, como já pontuamos anteriormente, uma reflexão sobre como o sujeito é atravessado por um movimento de sentidos que vem pela língua, enquanto trabalho simbólico (da ideologia) que constitui o homem e sua história. Para tanto, é a linguagem, entendida como discurso, que se coloca no entremeio do homem com sua realidade social, procurando materializar sentidos. O sujeito, ao formular o discurso, abre “lugar” para o possível, o movimento, a permanência, a continuidade do homem e sua realidade social. Com isso, através do discurso, é possível produzir sentidos diversos, os quais, por sua dispersão, transformam e (re)significam o homem. Considerando o tal movimento, colocamo-nos no terreno da Análise de Discurso, pois entendemos que esse lugar teórico, ao levar em conta o homem na sua história, considera processos e condições de produção da linguagem, que, no caso de nosso *corpus*, nos possibilita uma compreensão dos processos de significação do sujeito quando em posição no discurso.

O movimento de análise mobiliza, além das noções de sujeito e discurso já mencionadas, também as noções de Condições de Produção, que ancoram os sítios de significação acionados pelo sujeito. Mas, antes, faz-se necessário descrevermos o *corpus*, que é a *Apresentação*. Este se divide em seis textos, sendo eles organizados na seguinte sequência: **a) Dados bibliográficos do autor**, os quais mostram a trajetória de vida de Rocha Lima e sua produção bibliográfica. **b) Prefácio**, escrito por Serafim da Silva Neto, no qual este autor ressalta a importância da profissão gramático, bem como o valor de Rocha Lima na produção de conhecimento linguístico no Brasil. **c) No liminar**, encontra-se o autor, em 3ª pessoa, encenando uma análise introdutória sobre a obra. Nesse momento, Rocha Lima procura destacar o valor puro da língua. **d) Em Profissão de Fé**, Rocha Lima acentua o apelo à normatividade, fortalecendo a necessidade de busca pelo correto. **e) Em Evocação**, Valentina da Rocha Lima (filha do autor) constrói um discurso de agradecimento, procurando perpetuar uma memória de valor sobre a produção de conhecimento construída por Rocha Lima. Identifica-se, nesse espaço, um discurso apelativo e emocional.

De todas estas partes que constituem a *Apresentação* da gramática, analisaremos apenas as seções intituladas “No liminar [da 15ª edição, refundida]” e “Profissão de Fé”⁹, pois reconhecemos esses lugares como exemplares de discurso de apresentação, produzido pelo próprio Rocha Lima, que busca (pré)anunciar o conteúdo a ser encontrado dentro da referida gramática. Quem escreve uma *Apresentação*, geralmente, é o autor da obra, organizando um discurso de promessa, neste caso, sobre a gramática.

É nesse lugar, então, que encontramos as posições-sujeito mencionadas até aqui: falante da língua, gramático, professor, cientista e produtor da NGB, as quais compõem um discurso sobre a língua que se pretende uniforme e homogêneo; entretanto, à medida que observamos os sentidos ali produzidos, percebemos as falhas que comprometem a noção de verdade ressoante. São as análises que podem evidenciar o movimento de tomadas de posição de um sujeito que é, prioritariamente, o gramático, mas que toma outras posições no processo de produção do discurso e, conseqüentemente, dos sentidos.

Interessa-nos discutir e analisar essas posições, buscando compreender que efeitos de sentido elas podem produzir, ou seja, que imaginário as diferentes posições de sujeito mobilizam (para si) em relação a seu interlocutor para dar continuidade à língua culta no Brasil.

3.2 Preparando as análises

A preparação das análises nos leva a recorrer mais uma vez a Pêcheux (1997) que pontua: “todo processo discursivo supõe a existência das formações imaginárias”, as quais são entendidas da seguinte maneira: **1) “A imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A”**; 2) “A imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A”; 3) “imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B” e **4) “a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B”**.

Considerando essas quatro possibilidades de relação entre sujeitos e imaginário, buscamos abordar a segunda e a quarta, pois vemos que, em tais

⁹ Conferir anexos.

modos de representação, é possível identificar o sujeito do qual estamos tratando, bem como a articulação discursiva, a qual lhe permite transitar por diversas posições no discurso.

la (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A
lb (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B

A partir dessa proposta, buscamos compreender o que o locutor A pensa de si e o que seu interlocutor “pode/deve pensar” dele, o que nos leva a discernir que a posição de A corresponde a uma posição-sujeito específica e a posição de B corresponde ao sujeito interlocutor, virtualmente constituído no discurso de A. Para compreendermos isso, esboçamos abaixo, primeiramente: **a) as sequências discursivas**¹⁰ que materializam o saber linguístico proposto na gramática e, posteriormente: **b) apresentamos o funcionamento de imaginário produzido pelas posições-sujeito sobre si e sobre seu interlocutor.**

a) Sequências discursivas selecionadas:

SD1 - Não reconheci sequências discursivas dessa posição

SD2 “Profissão de fé” (título)

SD3 “Não pôde o Autor, muito a seu malgrado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter, no curso dos últimos anos, dos problemas de teoria gramática e seu ensino.” (No liminar, l. 3-6)

¹⁰ Utilizamos a sigla SD para nos referirmos às sequências discursivas recortadas das seções “No Liminar” e “Profissão de fé”, presentes na Apresentação da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima.

SD4 “E uma palavra final para os companheiros de professorado que, generosamente, têm levado a *Gramática normativa* aos mais longínquos rincões do país. (No liminar, l. 51-53)

SD5 “À distância de cinquenta anos da Semana de Arte Moderna, se pode ter por certo que, (...) os continuadores do Modernismo não lograram, todavia, no terreno da *Língua*, romper os compromissos com o passado: sua contribuição, neste particular, foi, de fato, muito mofina – e meramente episódica.” (No liminar, l. 29-34)

SD6 “Nesta cautelosa orientação, talvez repouse o gasalioso acolhimento com que, ao longo de tantos anos, tem o favor público premiado o meu esforço de bem servir o ensino da língua portuguesa em nosso meio.” Profissão de fé, l. 18-20)

SD7 “No liminar” (título)

SD8 “E cabe, a propósito, uma observação importantíssima, que vem assim à guisa de pôr os pontos nos *is*: a de que, em matéria de bom uso da língua literária, os ensinamentos até aqui esposados pela *Gramática normativa* são confirmados, em sua totalidade, pela lição dos prosadores e poetas de hoje – o que patenteia, de maneira solar, a continuidade histórica das formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático.” (No liminar, l. 17-23)

SD9 “Daí o verem-se – na presente edição -, a fundamentarem os mesmos fatos lingüísticos, citações de Vieira, Bernardes, Herculano (...), de par com exemplos de Manuel Bandeira, (...), Graciliano Ramos, (...), todos a estilizar numa só e excelente língua portuguesa.” (No liminar, l. 35-41)

SD10 “ASSIM SE RESUME, como se lê na folha de rosto, o espírito desta 31ª edição: “retocada e enriquecida”. (Profissão de fé, linhas 1-2)

SD11 “Nada mais que isto – muito apesar de retocada em não poucos pontos,

e copiosamente enriquecida, sobretudo na exemplificação dos fatos da língua. Nada mais que isto, para que a GN continue a ser, fundamentalmente, o que sempre aspirou a ser: um livro redigido com simplicidade e clareza, e norteado por obsessiva busca de exatidão no sistematizar as normas da modalidade culta do idioma nacional (...)” (Profissão de fé, l. 3-9)

SD12 Tempo era, portanto, de quebrar pedras e refazer o trabalho – que se realiza agora, quando, (...) passa a *Gramática normativa* a viver a segunda fase de sua carreira. (No liminar, l. 7-9)

SD13 Em matéria doutrinária, procurou o Autor equilibrar, com avaro e prudente critério de seleção, as variadas e muita vez conflitantes correntes da lingüística moderna (...). (Profissão de fé, l. 11-13)

SD14 Com tal proceder, preservou-se da precipitação de aderir cegamente à ditadura das últimas e passageiras ‘novidades’ importadas, assim como os europeus de uma terminologia quase sempre também superfluamente inovadora. (Profissão de fé, l. 14-17)

b) Imaginário produzido pela posição-sujeito e imaginário que a posição de sujeito produz para seu interlocutor. Ou seja, buscamos aqui mostrar o modo como estamos estabelecendo as relações de sentido entre as posições de sujeito: observamos o imaginário que a posição-sujeito A, compreendida como aquela que produz os sentidos do discurso gramatical, tem sobre si mesma, bem como a imagem que A produz para b, compreendido como o interlocutor do discurso gramatical, sendo tais relações reproduzidas simultaneamente nas demais posições de sujeito.

- | | |
|--------|--|
| la (A) | Imagem do lugar da posição-sujeito gramático para ela mesma. |
| lb (A) | Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B |

3.3 As análises

Na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, em especial na seção de *Apresentação*, encontramos demarcados dois espaços discursivos, denominados “No liminar”, com data de publicação no ano de 1972 e “Profissão de fé”, de 1991.

Em termos de estrutura, o primeiro é dividido em nove parágrafos, totalizando cinquenta e três linhas. Em se tratando da descrição do conteúdo, “No liminar” apresenta, inicialmente, uma queixa de Rocha Lima por não poder abordar o conteúdo da gramática, conforme o seu próprio gosto. Mais adiante, ele refaz seu discurso de maneira mais objetiva, declarando que a nova edição que se abre, por ser editada pela José Olympio, traz uma abordagem enriquecida de fatos da língua. Ele pontua ainda uma “observação importantíssima”: a referência aos prosadores e poetas renomados presentes na obra, para fins de fundamento e explicação do conhecimento linguístico. Por fim, Rocha Lima encerra essa seção com agradecimentos aos amigos, colegas e aos companheiros de professorado.

O segundo espaço discursivo é denominado “Profissão de fé”, com publicação em 1991. Nesse momento, Rocha Lima distribui cinco parágrafos, com a totalidade de vinte linhas para declarar sua total adesão à sistematização da língua. Observamos, nessa seção, que houve uma seleção vocabular que promove a noção de clareza e certeza acerca do saber linguístico. Houve uma necessidade de mostrar ao interlocutor que o instrumento gramatical “oferecido” está articulando, com suficiente objetividade, o modo como a língua deve funcionar. Esses dois lugares discursivos foram selecionados por nós, em função de que tais materialidades linguísticas foram produzidas por Rocha Lima, o que nos enseja a identificar e compreender como funcionam as seguintes posições-sujeito por ele tomadas: posição-sujeito falante da língua, produtor da NGB, professor de língua portuguesa, cientista e gramático. Ao nos depararmos com tais publicações, de datas diferentes, dentro do mesmo instrumento linguístico, nos questionamos que relação há entre elas; então, observamos que há um fio condutor que permeia tais discursos: o imaginário que as posições-sujeito produzem sobre si e para seu interlocutor.

Com isso, então, percebemos o trabalho da história, retomando atualizando sentidos sobre o discurso gramatical. É por ela (história) que as posições-sujeito do discurso se fazem presentes e materializam determinados “saberes”, os quais produzem efeitos simbólicos sobre e na língua. Com isso, queremos dizer que os sentidos, ideologicamente marcados, nas posições-sujeito identificadas na *Apresentação* da gramática, fortalecem o discurso de resistência e de silenciamento a uma língua que se situa como sempre sujeita à falha, aos deslizamentos de sentido, ao equívoco. Nesse trabalho de tomadas de posição que se alternam, se misturam, se diferenciam e se aproximam, produz-se a evidência sobre a língua, sobre a existência do certo, sobre uma verdade absoluta, propriamente, normativa.

Através dessa reflexão, então, iniciamos nossa análise que busca, sobretudo, compreender como esse sujeito, enquanto posição ideológica e histórica, movimenta-se para construir/instruir um imaginário sobre (sua) língua. Para tanto, retomamos as sequências discursivas (SD):

a) O falante da língua é silenciado

Para analisarmos o funcionamento das posições-sujeito, precisamos, inicialmente, nos deter numa posição-sujeito primeira, que é a de falante da língua, àquela a qual ninguém escapa; é por ela que o sujeito se constitui psico-ideológica e historicamente. Ser falante de uma língua é estar num espaço de enunciação¹¹ que permite ocupar posições no discurso, seja daquele que fala, seja daquele que ouve, ou daquele para quem se fala, ou até sobre quem se fala, pois ocupar a posição de falante é falar, ouvir, ser falado e ser ouvido. A tomada de posição primeira, que denominamos “falante da língua”, não exige formalidade, não exige escolaridade, não se pauta necessariamente em regras constantes na gramática¹². É via tomada de posição-sujeito falante que se pode extrapolar a normatividade, profanar as regras, prescindir de uma gramática oficialmente instituída. Ou seja, ser falante

¹¹ Conforme Guimarães (2004, p. 18), “os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, se desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer (...)”

¹² Entendida enquanto livro que regula o que é certo e o que é errado na e pela língua.

da língua¹³, no sentido de ser “pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. (...) Sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes” (GUIMARÃES, 2005, p. 18) é poder estar em contato com os sentidos, num universo do (re)formulação das ideias. Com isso, compreendemos que ser falante da língua é ser constituído por uma primeira estruturação significativa dos sentidos da língua, a partir de conhecimentos vivenciados e socializados dentro e fora da família, da escola e dos lugares sociais. É por ela (língua) que se constituem os primeiros contatos e saberes do sujeito com a ordem social. Essa língua traz ao sujeito de todo e qualquer discurso condições de produção do dizer e, conseqüentemente, estabelece (para o sujeito discursivo) sua primeira relação com o mundo, sendo, por isso, a língua gênese que funda os sentidos.

Entretanto, ao situarmos nossa análise sobre posição-sujeito falante da língua, observamos que os saberes, próprios a essa tomada de posição, não são facilmente identificáveis no discurso de *Apresentação*. Partindo disso, iniciamos nosso processo de análise, reconhecendo, inicialmente, que entre as sequências discursivas que selecionamos, não há a explicitação de marcas linguístico-discursivas próprias ao falante. Posto isso, fizemos algumas considerações acerca desta característica, as quais repousam sobre duas hipóteses da não presença da posição-sujeito falante: a) há uma escolha do produtor da gramática que também é o produtor da NGB e b) há um silenciamento que se impõe sobre a posição-sujeito falante na língua. A partir dessas hipóteses, podemos inferir que sendo a tomada de posição-sujeito falante da língua uma tomada de posição dissonante dentre tantas vozes que defendem a gramática, tal tomada de posição comprometeria o efeito de unidade (textual e discursiva) que a *Apresentação* do livro deveria promover. Assim, compreendemos que há um movimento ideológico que não permite que se enuncie saberes que marquem a presença do heterogêneo. Isso ocorre porque há uma posição-sujeito diluída que, ao atender à função daquele que estabelece a ordem, que demarca ocupações para “os demais”, que reconhece o funcionamento de direitos e deveres de “cada um” precisa, então, também

¹³ Tratamos esse conceito de “falante da língua” com base em Guimarães (2005, p. 18), quando ele afirma que “os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. (...) São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes (...)”

seguir as regras do Estado, interditando “aquilo” que não atende ao padrão de língua aprovado; assim, o discurso do sujeito falante é da ordem do proibido, do interdito. Isso aparece na sequência discursiva, que é da posição-sujeito submisso a regras e normas, a qual interdita a posição-sujeito falante:

SD6 - Nesta cautelosa orientação, talvez repouse o gasalhoso acolhimento com que, ao longo de tantos anos, tem o favor público premiado o meu esforço de bem servir o ensino da língua portuguesa em nosso meio. (Profissão de fé, l. 18-20)

Em especial, no recorte subsequente da SD6 “o favor público premiado o meu esforço de bem servir o ensino da língua”, observamos a tomada de posição de um sujeito dominado ideologicamente por uma verdade muito maior, no sentido de mostrar seu servilismo à causa da língua portuguesa do Brasil. Verificamos isso, por exemplo, nos efeitos de sentido que o verbo “servir” pode produzir no discurso. No Dicionário Aurélio (1988), “servir” significa “trabalhar como servo (...), ser útil, vantajoso”. A partir dessa referência, observamos que a ação de “servir o ensino da língua” se repete no entendimento de “servir” o Estado que ordena, através de um regimento educacional, que é a NGB, o modo como a língua deve ser falada e ensinada. Assim, essa posição-sujeito revela uma das faces de um sujeito que se submete à língua que é oficial, que é língua nacional, mas que é também a língua que o professor de português pode e deve ensinar e defender de qualquer profanação que um sujeito falante pudesse, eventualmente, promover. Este sujeito que está na profissão “de” é um guardião e está colocado num espaço de cumpridor das normas do Estado, que delibera os saberes pertinentes de serem publicados numa gramática. A posição-sujeito falante é, então, “abafada, silenciada”, por um imaginário de idealização de completude da língua, que está “já” servida, ou seja, “completa, plena, exata, posta, ordenada, referenciada, etc”.

Dessa maneira, observamos, na SD6, uma formação imaginária de “impedimento ou tolhimento” das redes de sentidos primeiras, que interpelariam o sujeito a tomar a posição-sujeito falante. Eis o silêncio como modo de funcionamento do discurso e de produção dos sentidos.

b) A posição- sujeito professor

Para iniciar nossa análise sobre a posição-sujeito “professor”, precisamos antes refletir sobre este elemento linguístico. No latim,

professor,ōris, “o que faz profissão de, o que se dedica a, o que que cultiva; professor de, mestre”, do radical de *professum*, supino de *profitēri*, declarar perante um magistrado, fazer uma declaração, manifestar-se; declarar alto e bom som, afirmar, assegurar, prometer, protestar, obrigar-se, confessar, mostrar, dar a conhecer, ensinar, ser professor. (Dicionário Virtual de etimologia: ciberduvidas.com)

Através da etimologia desse termo, percebemos que a esse sujeito é conferida a função de ensinar uma ciência, ou um conhecimento, de maneira que facilite o aprendizado daquele que busca aprender. O sujeito professor, então, é aquele que assume uma posição de condicionar e reger o conhecimento do e no interlocutor, no sentido de instrumentalizar a língua e pedagogizar esse ensino. Isso nos leva a perceber que a posição-sujeito professor da Língua Portuguesa produz um imaginário sobre si e sobre seu interlocutor de professar uma doutrina, que é o conhecimento gramatical da língua, já regimentado pela normatividade que se oficializava com a NGB, ou seja, pela presença diluída desta posição dentro do “ser e fazer” do professor na sala de aula.

Tanto no texto de 1972 (No liminar), quanto no de 1991 (Profissão de fé), percebemos a presença pulsante desse sujeito que se assume como professor. Nas SDs, a seguir, verificamos que ele assume um saber inscrito numa formação discursiva pedagógica:

SD3 – A PARTIR de certa altura de sua jornada, teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível. Em razão disso, não pôde o Autor, muito a seu malgrado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter, no curso dos últimos anos, dos problemas de teoria gramática e seu ensino. (No liminar, l. 3-6)

Considerando a data da primeira publicação desse discurso, que é de 1972, momento em que mais de dez anos havia sido publicada a NGB (1957) e a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1959), de Rocha Lima, observamos que a posição-sujeito, ao fazer referência ao “Autor”, está

articulando uma percepção sobre si, de um modo que pareça, ao interlocutor, que está falando sobre uma terceira pessoa, buscando, com isso, um efeito, imaginário, de objetividade e comprometimento com o ensino da língua. Ao discursivizar sobre si, em terceira pessoa, produz um imaginário de seguridade sobre os saberes postos no instrumento linguístico. Isso nos leva a crer que existe, neste discurso, uma outra tomada de posição que é dominante. Quando a voz do professor emerge, ela se relaciona com uma outra que é forte e determinante, que é a do gramático, daquele que produz a obra, como um lugar de socialização da língua.

Na sequência desse discurso, porém, percebemos uma evidência, mais subjetiva no elemento linguístico “malgrado”, o qual nos leva a considerar que essa palavra, por ter uma expressão concessiva, entendida como “apesar de”, “com muito mau gosto”, ou seja, com contrariedade a sua vontade, traz à tona um propósito, não concretizado, da posição-sujeito professor: “carrear”, ou trazer para dentro da gramática alguns saberes, que, para ele, sujeito professor, eram necessários para a evolução de conhecimento do interlocutor. Ao pontuar que “não pode(...) carrear para a obra(...) uma visão nova que passou a ter (...) dos problemas de teoria gramatical”, nos faz refletir sobre o fato de que pode estar fazendo referência à NGB. No decorrer de toda a *Apresentação*, não somente nos recortes que fizemos, não encontramos nenhuma referência explícita ao fato de ele também ter sido um dos elaboradores da NGB. Diante disso, podemos observar que, talvez, essa posição-sujeito professor esteja negando a posição-sujeito produtor da NGB, no sentido de que essa formação imaginária da “visão nova” já não mais se identifica plenamente com a formação discursiva, marcada pelas condições de produção do período de 1957 a 1959. Vejamos a posição-sujeito marcada em outra SD:

SD4 - E uma palavra final para os companheiros de professorado que, generosamente, têm levado a *Gramática normativa* aos mais longínquos rincões do país. (No liminar, l. 51-53)

A posição-sujeito professor desse discurso estabelece uma interlocução com outros sujeitos que constituem as condições de produção do ensino da língua, que são também sujeitos professores. Essa tentativa de

estabelecer um diálogo mais focalizado com esse público se constitui pela necessidade de movimentar o ensino de língua proposto pelo viés dos “companheiros de professorado”. Isso quer dizer que a posição-sujeito professor busca, nesses companheiros, acompanhadores e seguidores da mesma política de ensino de língua a propagação desse instrumento linguístico e conseqüentemente a proposta de língua regimentada nele apresentada, aproximando o gramático (dominante) às outras posições de sujeito que com esta se relaciona. Diante disso, podemos, então, compreender que a posição-sujeito professor se representa, em nosso corpus, por uma rede constituída por outros sujeitos professores, que também, no imaginário, dessa posição analisada, se comprometem com o mesmo “modo” de tratar a língua, fazendo isso de forma “generosa”, ou seja, dotados de nobre intenção de contribuir para o ensino da gramática para aqueles que precisam da “generosidade” para aprendê-la.

Em uma terceira seqüência discursiva, já datada no ano de 1991, a posição-sujeito professor volta a emergir em:

SD2 - Profissão de fé (título)

Nessa seqüência discursiva, título da segunda parte que selecionamos da *Apresentação*, percebemos o sujeito professor comprometido com a necessidade de polir a língua. Para compreendermos melhor isso, fazemos referência a um outro texto, discursivizado na Literatura, também intitulado “Profissão de fé” (1957), de Olavo Bilac. Neste, percebemos um sujeito do discurso, denominado eu-lírico, mostrando-se como um ourives, que trabalha detalhadamente sua jóia, ou seja, a palavra, tratando-a num ideal de perfeição da forma, da rima, do estilo dado a ela, ou seja defendendo o nível culto, a pureza da linguagem e a correção da forma. Da mesma maneira, a posição-sujeito professor faz sua defesa da pureza da língua, fazendo sua adesão à normatividade e à padronização da língua portuguesa. Mais uma vez a beleza da forma se sobrepõe à produção de sentidos, que o conteúdo deflagra.

Nesse sentido, observamos que as três seqüências discursivas nos colocam uma posição-sujeito professor transbordando um imaginário de completude, perfeição, exatidão, clareza e regimentação da língua. Posto isso,

notamos que essa posição, embora não plenamente identificada com a posição-sujeito produtor da NGB, ainda assim, fortalece esse espectro de defesa da língua e da política de ensino como é feita no instrumento linguístico, no caso, de Rocha Lima. Mas, por outro lado, a tomada de posição do professor está estreitamente ligada à posição-sujeito dominante neste discurso que é o do gramático.

c) O sujeito que faz “Ciência”

Além das posições já identificadas, observamos ainda uma outra formação discursiva, em funcionamento, que interpela o sujeito discursivo, inscrevendo-o no discurso da ciência. Sendo assim, para compreendermos a posição-sujeito da ciência, é preciso recorrermos a uma breve descrição, acerca do funcionamento conceitual do termo “ciência”.

A ciência, no final do século XVI e início do XVII, produz uma linguagem diferenciada através de termos, os quais criam um simbólico, acerca do que estabelecem como conhecimento ou verdade. Isso quer dizer que tal noção de ciência passa a utilizar uma linguagem mais impessoalizada, buscando com isso abarcar os processos experienciais do desenvolvimento científico que estava transformando a humanidade.

Tal processo de cientificação do saber acontece, então, por meio do sujeito da ciência no sentido clássico cartesiano: “Penso, logo existo”, que racionaliza, pela ordem lógica das ideias, tudo aquilo que possa vir a ser conhecimento. Esse sujeito metódico, que cria um modo de dizer, sobre o qual não recaia a contradição, é um sujeito “único”. Ou seja, procura, mesmo que ilusoriamente, retirar de seu discurso marcas que denunciem sua “subjetividade” ou seu comprometimento pessoal com determinadas teorias para criar um imaginário de rigor científico.

O que percebemos é que o sujeito, enquanto produtor de ciência, está, ao longo dos séculos, imerso nesse discurso de busca pelo lógico ou verdadeiro, o que nos leva a considerar que a posição de um sujeito da ciência é uma posição que atravessa e é atravessada pela história, sendo assim um sujeito histórico, que está num lugar social que o eleva a categoria de sujeito

do conhecimento e produtor deste. No caso que analisamos, então, a posição-sujeito da ciência é a ciência da linguagem gramaticalizada, constituída como um lugar social determinado, de onde esse sujeito fala condicionado por saberes (ideologicamente estabelecidos), os quais estabilizam práticas de poder sobre aqueles que buscam o conhecimento científico da linguagem.

Sob este espectro, é importante ressaltar a relação do sujeito, que é professor de língua e produtor de uma gramática, com a Ciência Linguística que entrava no Brasil em meados do século XX. O estruturalismo afetava as Ciências Humanas e as ideias saussureanas que invadiam o fazer desse professor e desse gramático que também refletia sobre linguística e escrevia artigos científicos sobre as questões de linguagem.

Considerando isso, apresentamos abaixo as sequências discursivas para recorrente análise, iniciando por:

SD7 - No liminar (título)

Na sequência discursiva “no liminar”, título do primeiro recorte que selecionamos da *Apresentação*, encontramos o elemento linguístico “liminar” que, conforme o Dicionário Houaiss (2004) “1. É o início de alguma coisa; 2. que se refere a, está situado ou constitui um limite ou ponto de passagem; 3. que precede o objeto principal da ação”. Da mesma forma, o Dicionário Michaelis complementa com “Relativo ou pertencente ao limiar. 2. Posto à entrada. 3. Preliminar”. E por fim O Dicionário Aurélio (1988) acrescenta ainda “Ponto a partir do qual um efeito ou fenômeno começa a produzir-se”. Com essas definições, então, podemos começar apontando que esse elemento condiz com o referencial de ciência que até então estamos colocando: como aquilo que é produzido, dito, determinado sob a forma de “conhecimento”. Observamos que o emprego da palavra “liminar” pode ter sido feito, nesse caso, com o imaginário de criar uma noção de início, gênese do conhecimento e estudo sobre a língua, ou seja, a posição-sujeito da ciência estabelece já no título da edição de 1972 (e republicada em 1991) um discurso de “criação” sobre o funcionamento dos saberes relacionados à linguagem, o qual ecoa sobre o discurso da criação da humanidade, quando tudo deveria ser feito, construído para que pudesse a vida habitar. Percebemos que é esse, então, o

imaginário da posição-sujeito da ciência: mapear as regras e saberes sobre a língua, a fim de que seja abarcado pelo interlocutor. A ciência linguística movimenta o discurso de *Apresentação*, ela insere uma outra tomada de posição, pois já não é mais possível negligenciar essa presença.

Numa outra sequência discursiva, é apresentado:

SD8 - E cabe, a propósito, uma observação importantíssima, que vem assim à guisa de pôr os pontos nos *is*: a de que, em matéria de bom uso da língua literária, os ensinamentos até aqui esposados pela *Gramática normativa* são confirmados, em sua totalidade, pela lição dos prosadores e poetas de hoje – o que patenteia, de maneira solar, a continuidade histórica das formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático. (No liminar, l. 17-23)

Nessa SD, o enunciado “pôr os pingos nos *is*” nos leva a compreender, primeiramente, que “*is*” é uma metáfora de “saberes em relação à língua”, sobre os quais “alguém”, no caso, a posição-sujeito da ciência, tem o poder/ação de colocar “pingos”, ou seja, determinar o funcionamento. Isso é deixado mais explícito, no decorrer da sequência discursiva, quando é afirmado que “em matéria de bom uso da língua literária, os ensinamentos até aqui esposados pela *Gramática normativa* são confirmados, em sua totalidade”.

Nessa sequência, a tomada de posição do sujeito revela a ilusão de completez sobre a descrição das ocorrências linguísticas. Com os elementos “ensinamento, confirmados, totalidade”, emerge a determinação do “ser cientista” (ou, pelo menos, não mais estar alheio aos avanços da Ciência Linguística) da linguagem pelo conhecimento exato, visando uma ordem de ocorrência dos fatos da língua. Finalizando essa SD, no recorte “– o que patenteia, de maneira solar, a continuidade histórica das formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático”, compreendemos a tentativa da posição-sujeito da ciência em fundar um lugar da não contestação sobre os saberes gramaticais. Com os elementos “patenteia” (que traz a noção de registro oficial de um título, posto ou privilégio); “maneira solar” (entendida como aquela das luzes, ou seja, que torna tudo claro e explícito o que precisa ser aprendido) e “formas verdadeiramente afinadas” (percebido como conhecimento amplamente condizente com a realidade social do interlocutor), a posição-sujeito da ciência funda, nesse discurso de *Apresentação*, um lugar do absoluto, do incontestável, que é o do sujeito do conhecimento, da ciência.

Numa terceira sequência discursiva, colocada a seguir:

SD9 - Daí o verem-se – na presente edição -, a fundamentarem os mesmos fatos lingüísticos, citações de Vieira, Bernardes, Herculano (...), de par com exemplos de Manuel Bandeira, (...), Graciliano Ramos, (...), todos a estilizar numa só e excelente língua portuguesa. (No liminar, l. 35-41)

Observamos que a posição-sujeito faz um comparativo de autores do Cânone literário europeu com a produção literária brasileira, buscando sagrar que o conhecimento de língua aqui produzido está embasado em exemplos da produção européia. Ou seja, a língua portuguesa aqui ensinada está descrita segunda as regras do bem falar, deixando assim de fora as “impurezas” da fala ou algum uso de estrangeirismo que não comporta o padrão culto. Com isso, percebemos que há uma ciência da linguagem produzida no sentido de recriar sobre a língua uma formação imaginária do apropriado e correto de ser dito.

Para asseverar mais algumas considerações acerca da posição-sujeito da ciência, elencamos mais duas sequências discursivas, as quais tratamos conjuntamente, por serem complementares:

SD10 - ASSIM SE RESUME, como se lê na folha de rosto, o espírito desta 31ª edição: “retocada e enriquecida. (Profissão de fé, linhas 1-2)

SD11 - Nada mais que isto – muito apesar de retocada em não poucos pontos, e copiosamente enriquecida, sobretudo na exemplificação dos fatos da língua. Nada mais que isto, para que a GN continue a ser, fundamentalmente, o que sempre aspirou a ser: um livro redigido com simplicidade e clareza, e norteado por obsessiva busca de exatidão no sistematizar as normas da modalidade culta do idioma nacional (...) (Profissão de fé, l. 3-9)

A expressão, em caixa alta, “ASSIM SE RESUME” abre a seção “Profissão de fé” já referindo, com tal enunciado, à pretensão de completude do conhecimento que virá no decorrer do instrumento lingüístico. Essa declaração nos move a considerar que a posição-sujeito da ciência, ao procurar exatidão, por meio de expressões que criam um imaginário de resumo, de condensação sobre a língua, funda uma posição de clareza, comprometimento com os saberes lingüísticos. A posição-sujeito identificada com a ciência procura movimentar para a língua uma impermeabilidade de sentidos, parecendo esgotar as explicações ao enunciar uma regra. É a defesa da objetividade.

A repetição da expressão “nada mais que isto”, a linguagem da ciência constitui-se de um atravessamento de sentidos que se deslocam em direção única, procurando selecionar e deixar “passar” somente saberes que contribuam para edificar ou validar o estudo em questão; tudo mais é excluído, fica de fora. Diante disso, a posição-sujeito da ciência torna-se impermeável aos possíveis questionamentos sobre a língua. Por ocupar tal posição, ela enuncia sem deixar espaço para perguntas acerca do diferente, pois acredita estar pronunciando verdades, ao mesmo tempo que estabelece uma exclusão de possíveis novos sentidos ou interpretações para a gramática produzida. O Imperativo desse discurso determina uma totalidade com pretensões de independência, ou seja, essa posição-sujeito, deflagrada pelo teor ideológico da ciência, silencia outras noções, conceitos e possíveis interpretações; o dito basta. Não há uma nova verdade para a língua. O assujeitamento à formação discursiva da ciência movimenta mecanismos de controle dos sentidos, os quais permitem ou não outras e novas formas de compreender o que pode ou não ser tomado como verdadeiro.

O discurso da ciência, portanto, se constrói a partir de uma linguagem que, ilusoriamente, tem a pretensão de ser neutra, objetiva, linear e até mesmo deslocada da história, pois desconsidera a evolução e o tratamento que a língua tem através do tempo. A posição-sujeito da ciência assume um lugar do cientista da linguagem, carregando com isso a pretensão de completude. Através de explicações técnicas que destoam da realidade social, considerando apenas a norma, procura a obtenção e produção da verdade. No entanto, como todo sentido está sujeito a deslizos, falhas, deslocamentos, esse discurso sobre o qual nos debruçamos apresenta e apresentará sempre novas leituras, as quais não estão previstas pelo imaginário do sujeito cientista, e sim no imaginário do sujeito interlocutor, que nem sempre estabelece com a língua essa relação de exatidão que o científico propõe.

d) A posição-sujeito gramático

Tratar sobre a posição-sujeito gramático é, inicialmente, considerar como essa posição interfere e trabalha sobre as demais posições. A partir

disso, então, podemos pontuar, desde já, que essa posição de sujeito reveste-se de funções que tocam o ser professor, ser cientista, ser produtor da NGB e até mesmo aquela que é silenciada. Dizemos isso com base no fato que é o gramático quem organiza, seleciona, determina, escolhe as marcas e relações com a linguagem que estarão dentro do instrumento linguístico. O gramático é o sujeito que vai sofrer o processo de individuação, é ele quem responderá oficial e judicialmente pela gramática. A posição-sujeito gramático é aquela que assume a autoria da obra, passando por ele todos os saberes próprios e pertinentes ao conhecimento necessário sobre a linguagem. Tal funcionamento dessa posição será visto nas sequências discursivas abaixo:

SD12 - Tempo era, portanto, de quebrar pedras e refazer o trabalho – que se realiza agora, quando, (...) passa a *Gramática normativa* a viver a segunda fase de sua carreira. (No liminar, l. 7-9)

Na sequência recortada, observamos que a posição-sujeito gramático cria uma ideia de conclusão temporal, a fim de apresentar o novo trabalho publicado. Essa posição-sujeito, ao sintetizar o conhecimento marcado pelo sujeito da ciência, divulgar o projeto da NGB, tomar posse do conhecimento pedagogizado pelo sujeito professor e também contribuir com o silenciamento da posição-sujeito falante, situa seu trabalho de compilação e reprodução do conhecimento gramatical, conforme os verbos “quebrar” e “refazer” propõem: utilizar a matéria-prima, já existente, para tentar (re)produzir algo novo.

Em outra SD,

SD13 - Em matéria doutrinária, procurou o Autor equilibrar, com avaro e prudente critério de seleção, as variadas e muita vez conflitantes correntes da lingüística moderna (...). (Profissão de fé, l. 11-13)

observamos a necessidade de o “Autor” (podendo ser compreendido como esse sujeito “universal” dentro da gramática que é o sujeito gramático, enquanto posição) mostrar ao interlocutor o compromisso em fazer uso dos conhecimentos que a posição-sujeito da ciência traz. Os elementos “avaro” e “prudente critério” nos fazem olhar para o fato de que a posição-sujeito gramático está assumindo uma função de empenho diante da defesa dessa língua já fortalecida; essa posição-sujeito funciona, nesse caso, como guardião e

defensora contra os novos saberes que a história das ideias trazem para a língua.

Para, então, expor à vista, sua posição, enquanto cautelosa sobre os recurso e saberes fundamentais da língua, a SD seguinte aponta que:

SD14 - Com tal proceder, preservou-se da precipitação de aderir cegamente à ditadura das últimas e passageiras 'novidades' importadas, assim como os europeus de uma terminologia quase sempre também superfluamente inovadora. (Profissão de fé, l. 14-17)

Ao referir às “últimas e passageiras ‘novidades’ importadas”, a posição-sujeito gramático está expelindo todo tipo de inovação de linguagem, como estrangeirismos, regionalismos, expressões idiomáticas, e tantas outras formas que povoam a língua, mas que não podem ser abarcadas pelo conhecimento científico da linguagem por não se adequarem às estruturas que “essa língua” propõe. Assim, esse discurso da posição-sujeito gramático funciona como uma sentença para o interlocutor: é preciso seguir essa língua, visto que ela não se precipita em saberes efêmeros, como são os estrangeirismo e inovações não fluentes na língua.

Mas, ao posicionar-se discursivamente num lugar de exatidão da língua, a posição-sujeito gramático mostra reprodução de regras, impostas por um padrão de língua que vem desde a publicação da NGB. Esse padrão constitui-se pela necessidade de estabelecer normas de funcionamento, já que o estudo tende a ser exato. A língua, nessa condição, é colocada como um “material” sobre o qual são depositados procedimentos, observações, conclusões, tal qual é feito com questões de ordem e estudo científico.

É a partir desse funcionamento da posição-sujeito gramático que percebemos a sua dominância sobre as demais. É através dela que as “outras” se corporificam no instrumento linguístico, tornando possível a pré-determinação apenas de saberes adequados ao instrumento linguístico *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima.

Após observarmos as posições-sujeito anteriores, chegamos, então, à posição-sujeito gramático. Essa posição assume uma importante função do discurso gramatical, pois é por meio dela que a gramática apresenta uma voz: o gramático, aquele que de forma “mais próxima” ao interlocutor traz o

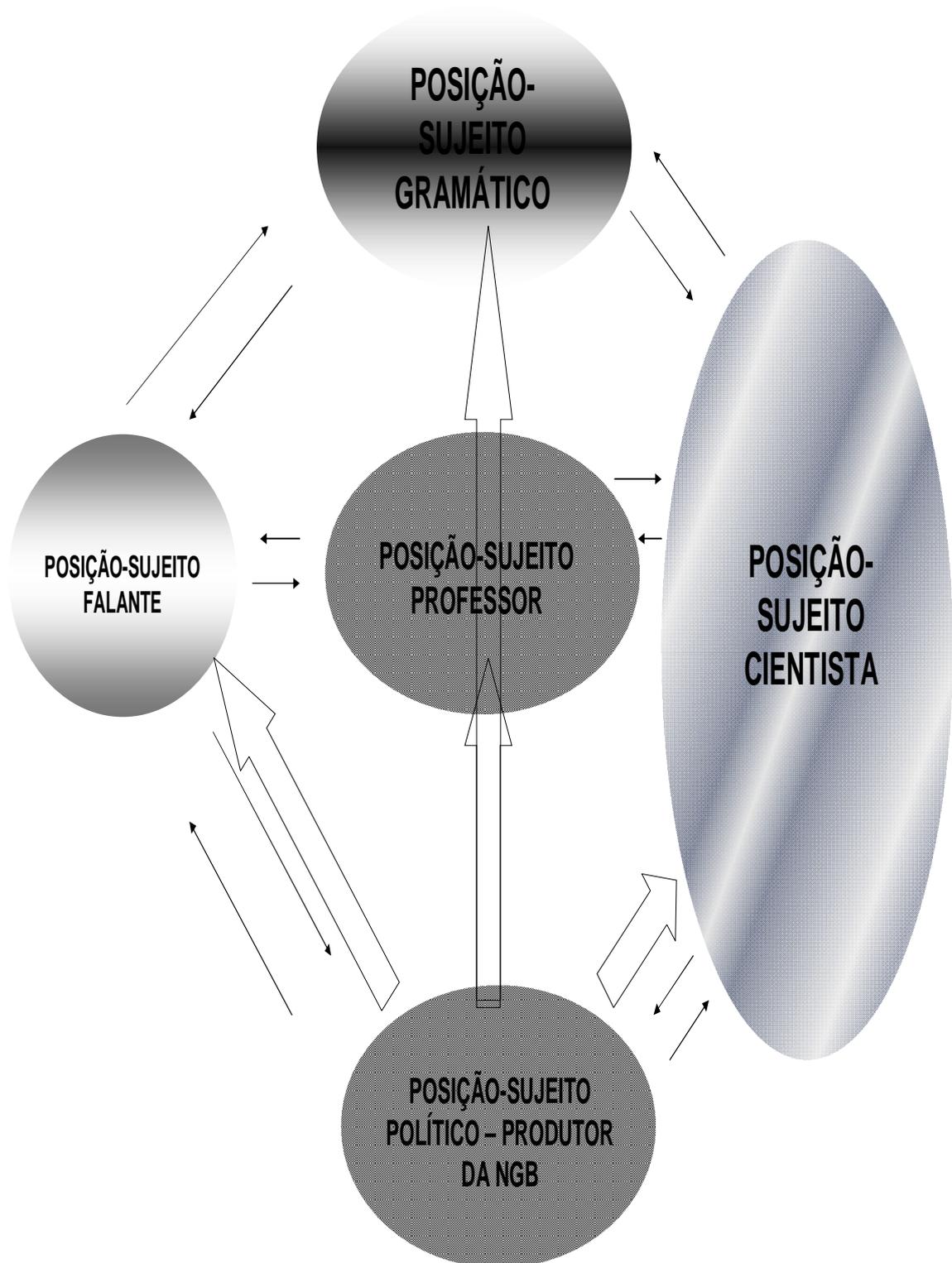
conhecimento da língua (articulado pela posição-sujeito da ciência). Considerando isso, a posição-sujeito gramático, por nossa compreensão, é dominante em relação às demais, no sentido de que é ela que se expande pelo instrumento linguístico através de marcações pessoais daquele que fala no texto.

3.4 Para pensar as relações entre as posições-sujeito

Esse mapeamento da relação entre as posições-sujeito surgiu para nós no momento em que procurávamos perceber que relações se estabeleciam entre elas: elas emergiam de modo idêntico? Emergiam de modo destoante? Haveria dominância de uma sobre as demais? E esta dominância, que nunca é pacífica, poderia revelar a categoria da contradição no interior do discurso?

Tais questões nos acompanharam até a última versão deste texto que agora finalizamos. Foi toda uma caminhada que nos conduziu a observar que relações de forças havia nas formações discursivas correspondentes às posições identificadas no discurso em análise. Assim, enxergamos que a posição-sujeito produtor da NGB, que, por estar alocada como a norteadora do ensino gramatical, se revela num movimento de presente/ausente dentro de todas as demais posições de sujeito, ou seja, é uma posição diluída, difícil de ser identificada na língua. Percebemos isso pelo fato de que não encontramos, visivelmente, marcas linguísticas que anunciem a presença dessa formação discursiva. É pelo discurso, pelas relações com a história, pelo modo como as demais posições-sujeito aparecem, que se pode perceber esta presença diluída. O exercício de poder político, que um produtor da NGB deteria, no sentido de mostrar e determinar o uso da língua se dá pela lei, está no princípio constitutivo de fazer funcionar o preceito outorgado por autoridade, que no caso é o Estado, o qual cobra o cumprimento da norma que contribui para manter a sua legitimidade. Diante disso, esse “estar presente” da posição-sujeito produtor da NGB faz com que o conhecimento científico da língua seja assegurado ao interlocutor. Com isso, a Gramática Normativa torna-se um trabalho exemplar a ser seguido por outros gramáticos.

Temos, então, a posição-sujeito gramático como a dominante; temos a posição-sujeito professor; a posição-sujeito cientista; o sujeito político e produtor da NGB, que tem sua voz diluída no discurso; mas temos, ainda, o sujeito falante da língua, que é aquele que pode “corromper as normas” da língua culta e subverter o que está posto na boa gramática. Este último é silenciado. O efeito disso é sobretudo o silenciamento da posição primeira, que é jogado pra fora. Isso se deve a uma necessidade institucional de se colocar a norma como um princípio incondicional, não se permite que o destoante apareça. Assim, o falante da língua sofre a intervenção do silêncio, sendo uma posição existente, mas não representada linguisticamente no discurso que analisamos. A relação entre as demais posições se dá no sentido de que todas se retomam e se asseguram como verdade, buscando com isso sempre proliferar e fortalecer a verdade que essa ciência da língua produz: a gramática como princípio e fim dos saberes da linguagem. Apresentamos, a seguir, um esquema que tem a pretensão de representar as relações entre as diferentes tomadas de posição-sujeito na apresentação da gramática analisada:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse percurso que buscou acompanhar as formas de funcionamento da categoria de sujeito, no discurso de *Apresentação*, em especial nas seções “No liminar” e “Profissão de fé”, fizemos a nossa reflexão sobre o funcionamento gramática, enquanto instrumento da língua, gerando e norteando questões. Ao final desse trabalho, ficamos refletindo um pouco sobre como se decide adotar ou não uma gramática para estudar ou para ensinar? Professores e estudantes lêem a apresentação destas obras? O que ampara os estudos gramaticais? Afinal, que posições de sujeito se articulam nesse discurso normativo, a fim de mantê-lo tão fortemente e por tanto tempo? Ou então, que sujeito é esse que ocupa uma posição no dizer, movimentando normas, as quais se propõem como inquestionáveis, prescrevendo uma língua normativa, que cabe dentro de determinadas condições de produção, que nem sempre atendem aquilo que o sujeito pesquisador ou sujeito professor estão buscando?

Tais questões certamente não foram fechadas com respostas definitivas, mas deixaram para nós, analistas de discurso, professores, falantes da língua, a certeza que não há um sujeito ideal, bem como não há uma língua dotada de completude, e por isso mesmo não há uma gramática perfeita. Precisamos, portanto, aceitar as contradições que fazem parte da vida de quem usa ou estuda a língua.

Se, por um lado, existe uma posição-sujeito de produtor da NGB que consolida os saberes sobre a língua e, de forma sutil, ou seja, diluída no discurso, é capaz de determinar o que pode e deve ser dito; por outro lado, há um sujeito-falante que, embora silenciado no discurso de apresentação da gramática, continua vivo, resistindo à normatividade, construindo novas formas de se subjetivar pela e na língua.

Ao estudar o discurso de *Apresentação* da **Gramática normativa da língua portuguesa**, nas seções que já foram colocadas, pudemos refletir, um

pouco mais, sobre o sujeito que movimenta esse discurso da gramática. A partir disso, podemos fazer algumas considerações: o discurso gramatical busca criar um imaginário de língua a ser falada e propagada, baseando-se em princípios de cumprimento e legitimidade do que é dito. Percebemos, portanto, que o professor de língua se vê tomado por essa tarefa e, ao entrar na sala de aula, busca, sobretudo, repassar as noções científicas da língua, colocando sobre o sujeito-aluno a responsabilidade de apreender e cumprir os conhecimentos repassados. A partir desse modo de intervir com e sobre a língua, muitas vezes, o professor faz emergir o processo de silenciamento da posição-sujeito falante assumida pelo aluno.

Os efeitos disso são inúmeros: alienação desse sujeito-aluno na sala de aula, repúdio ao saber gramatical, ou seja, falta de identificação com tais saberes. A partir disso, pensamos que a gramática, enquanto espaço de cientificação da língua, de referencial para uso padronizado da linguagem, poderia, talvez, propor um ensino que desse voz à contradição que é constitutiva do sujeito que toma diferentes posições. O silenciamento da posição-sujeito falante não elimina sua existência, pelo contrário, faz com que nós percebamos ainda mais sua presença. O fato de que a língua, de que fazemos uso, em nossas relações informais diárias, ser dominante sobre a formal, torna o sujeito-falante uma posição “gritante” no discurso gramatical.

Ao final, nos damos o direito de falar, enquanto professoras de língua, dando voz ao sujeito-falante, até aqui silenciado: acreditamos de fato que a produção do instrumento linguístico precisa encontrar-se com o “linguístico”, deixando vir à tona saberes contraditórios que constituem todas as posições, dando ao sujeito o estatuto de sujeito falante, bem como o reconhecimento de sua existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTINI, Carmem Lúcia Hernandes. **A estilística no discurso da gramática**. Campinas, SP: Pontes, SP: FAPESP, 2004.

FERREIRA, Aurélio. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira S.A., 1988.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

BALDINI, L. A NGB e a autoria no discurso gramatical. In *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, SP: Pontes, 1998. p. 98,100.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Política de línguas na lingüística brasileira. In ORLANDI, E. [org.]. **Política lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. **Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2004.

NUNES, José Horta. A gramática de Anchieta e as partes do discurso. In: Guimarães, Eduardo e Orlandi, Eni Puccinelli. *Língua e cidadania; o português no Brasil*. São Paulo, Campinas: Pontes, 1996.

INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. **Gragoatá**, Niterói, n. 01, p. 111-120, semestral.1998.

MARIANI, Bethânia. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. **Gragoatá**, Niterói, n. 01, p. 87-95, semestral.1998.

ORLANDI, E., GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In. ORLANDI, E. [org.]. **História das idéias lingüísticas**. Cáceres, MG: Unemat editora, 2001.

ORLANDI, Eni. Sujeito e Texto. **Série cadernos PUC**, São Paulo, n. 31, p. 9-16, 1988.

_____. **Interpretação. Autoria, leitura efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

_____. A formação do país e a construção da identidade nacional. In. Eni P. Orlandi (Org.) **Discurso fundador..** 2ª. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise de discurso princípios e procedimentos**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Política lingüística no Brasil**. Org. Eni P. Orlandi. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Unicamp 1995.

_____. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Unicamp 1997.

_____. *O papel da memória*. in: **ACHARD, P. [et al.] O papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

RASIA, Gesualda. **Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1ª e da 2ª República: o duplo lugar da determinação e da contradição**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em Análise do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

RASIA, Gesualda dos Santos. **As Línguas dos Brasileiros e as Línguas dos Estrangeiros na 2ª República: A Memória que Teceu o Duplo Lugar dos Barbarismos** . In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2005, Porto Alegre/RS. Artigos do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre/RS : UFRGS, 2005. v. único. Endereço:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4700051D9&tipo=simples>. (acessado em: junho de 2008)

SERRANI, Silvana M. Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua. **Discurso Fundador**. In. Eni Puccinelli (Org.) Orlandi. **A formação do país e a construção da identidade nacional**.. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

SILVA, Mariza V. da. A escolarização da língua nacional. In ORLANDI, E. [org.]. **Política lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

FONTES ELETRÔNICAS DE APOIO

Dicionário Virtual de etimologia:
<http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=20507> (acessado em:
06/01/2009).

Dicionário Virtual Michaelis – UOL:
<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=liminar> (acessado em: 06/01/2009).

ANEXOS

ANEXO A – No Liminar [da 15ª edição, refundida]

NO LIMINAR [DA 15ª EDIÇÃO, REFUNDIDA]

ROCHA LIMA

A PARTIR de certa altura de sua jornada, teve este livro o texto este-reotipado, e, pois, irrefundível.

Em razão disso, não pôde o Autor, muito a seu malgrado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos — enfim, a visão nova que passou a ter, no curso dos últimos anos, dos problemas de teoria gramatical e seu ensino.

Tempo era, portanto, de quebrar pedras e refazer o trabalho — o que se realiza agora, quando, editada pela José Olympio Editora, passa a *Gramática normativa* a viver a segunda fase de sua carreira.

Mantivemos-lhe, decerto, a fisionomia original com que fora planejada e redigida, a fim de que se lhe não deformasse a inteiriça estrutura intelectual e didática; mas, além da correção de um deslize aqui, da atualização de um conceito ali, e, até, da substituição integral de alguns capítulos e acréscimo de outros, enriquecemos copiosamente a exemplificação dos ‘fatos’ da língua, a qual estendemos aos escritores de nossos dias.

E cabe, a propósito, uma observação importantíssima, que vem assim à guisa de pôr os pontos nos *is*: a de que, em matéria de bom uso da língua literária, os ensinamentos até aqui esposados pela *Gramática normativa* são confirmados, em sua quase totalidade, pela lição dos prosadores e poetas de hoje — o que patenteia, de maneira solar, a continuidade histórica das formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático.

Assim que, sem embargo de sua tonitruante intenção demolidora e a despeito de certos exageros postiços que lhe marcaram a fase inicial, inevitavelmente revolucionária —, a decantada rebeldia dos modernistas de 1922 à tradição gramatical do idioma não passou de “boato falso”, como viria a confessar, mais tarde, o próprio Mário de An-

drade.* Pois já agora, à distância de cinquenta anos da Semana de Arte Moderna, se pode ter por certo que, havendo realizado profunda renovação no *estilo literário* brasileiro, os continuadores do Modernismo não lograram, todavia, no terreno da *língua*, romper os compromissos com o passado: sua contribuição, neste particular, foi, de fato, muito mofina — e meramente episódica.

Daí o verem-se — na presente edição —, a fundamentarem os mesmos fatos lingüísticos, citações de Vieira, Bernardes, Herculano, Camilo, Eça, Gonçalves Dias, Castro Alves, Rui, Bilac, Machado de Assis..., de par com exemplos de Manuel Bandeira, Menotti del Picchia, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Cyro dos Anjos, Rachel de Queiroz, Aníbal M. Machado, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade..., todos a estilizar numa só e excelente língua portuguesa.

Ao terminar esta breve explicação, queremos deixar consignado nosso agradecimento aos amigos e colegas que, de uma forma ou de outra, colaboraram conosco no melhoramento da obra: a Olavo A. Nascen-tes, pelas inteligentes anotações com que, em carta particular, nos ofereceu um mundo de sugestões e achegas; a Othon M. Garcia, pelos retoques, sem conta, que o seu reconhecido bom gosto literário nos levou a introduzir no livro; a Raimundo Barbadinho Neto, pela prestimosidade com que amealhou — e pôs à nossa disposição — material para documentar a linguagem dos modernistas.

E uma palavra final para os companheiros de professorado que, generosamente, têm levado a *Gramática normativa* aos mais longínquos rincões do país.

Rio de Janeiro, maio, 1972.

* Mário de Andrade. “O movimento modernista”, em *Aspectos da literatura brasileira* (4ª ed.). São Paulo, Martins, 1972, p. 244.

ANEXO B – Profissão de fé [À guisa de prefácio desta edição]

PROFISSÃO DE FÉ
[À GUISA DE PREFÁCIO DESTA EDIÇÃO]

ROCHA LIMA

ASSIM SE RESUME, como se lê na folha de rosto, o *espírito* desta 31.^a edição: “retocada e enriquecida”.

Nada mais que isto — muito apesar de retocada em não poucos pontos, e copiosamente enriquecida, sobretudo na exemplificação dos *factos* da língua.

Nada mais que isto, para que a *GN* continue a ser, fundamentalmente, o que sempre aspirou a ser: um livro redigido com simplicidade e clareza, e norteado por obsessiva busca de exatidão no sistematizar as normas da modalidade culta do idioma nacional —, dever primeiro do ofício de professor de português.

Em matéria doutrinária, procurou o Autor equilibrar, com avaro e prudente critério de seleção, as variadas e muita vez conflitantes correntes da lingüística moderna, naquilo que lhe pareceu pertinente à finalidade dos estudos de teoria gramatical. Com tal proceder, preservou-se da precipitação de aderir cegamente à ditadura das últimas e passageiras ‘novidades’ importadas, assim como aos ouropéis de uma terminologia quase sempre também superfluamente inovadora.

Nesta cautelosa orientação, talvez repouse o gasalhos acolhimento com que, ao longo de tantos anos, tem o favor público premiado o meu esforço de bem servir o ensino da língua portuguesa em nosso meio.

Rio de Janeiro, maio, 1991.